

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 170/2022
Data: 28/12/2022

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| PORTO DE SANTOS MOVIMENTA EM 11 MESES DO ANO MAIS CARGAS DO QUE EM 2021 INTEIRO..... | 4 |
| NOVO GOVERNO LULA QUER PARCERIAS PARA ALAVANCAR FERROVIAS E DEVE IMPACTAR..... | 5 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 6 |
| ANTAQ LANÇA EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇO DE TRAVESSIA SOBRE O RIO AUTAZ MIRIM (AM) | 6 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF | 8 |
| FERRAMENTA DO MÍNFR PERMITE CONSULTA DE DADOS E PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS DOS MODOS DE TRANSPORTES . | 8 |
| SERVIDORES E COLABORADORES TERÃO NOVO ESPAÇO PARA TRABALHO COLABORATIVO NO MÍNFR | 8 |
| GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF | 9 |
| GOVERNO AMPLIA ACORDO COM MICROSOFT E GARANTE DESCONTO DE ATÉ 35% NO VALOR DE SOFTWARES..... | 9 |
| CATÁLOGOS DE SOLUÇÕES DE TIC | 10 |
| CATÁLOGOS ATIVOS | 10 |
| GOVERNO AMPLIA ACORDO COM MICROSOFT E GARANTE DESCONTO DE ATÉ 35% NO VALOR DE SOFTWARES..... | 16 |
| SERVIDORES DA ESPLANADA GANHAM ESPAÇO DE TRABALHO COMPARTILHADO | 17 |
| DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL ATINGE R\$ 5,87 TRILHÕES EM NOVEMBRO | 18 |
| SISTEMA DE PROTOCOLO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL PASSA A SE CHAMAR PROTOCOLO.GOV.BR | 20 |
| MINISTÉRIO DA ECONOMIA E AGU APRESENTAM MODELOS PADRONIZADOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS | 21 |
| CONHEÇA O RENDA+, APOSENTADORIA EXTRA, O NOVO TÍTULO DO TESOURO DIRETO | 21 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT | 23 |
| EDITORIAL – QUEDA NA MOVIMENTAÇÃO DE ITAJAÍ..... | 23 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 24 |
| <i>Transportes 1</i> | 24 |
| <i>Transportes 2</i> | 24 |
| <i>Transportes 3</i> | 24 |
| <i>Ponte</i> | 24 |
| <i>Rio Grande</i> | 25 |
| NACIONAL - LIDERANÇAS PORTUÁRIAS QUEREM DIÁLOGO COM O GOVERNO LULA..... | 25 |
| REGIÃO SUL – INCERTEZA SOBRE LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ DERRUBA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA..... | 26 |
| REGIÃO NORDESTE - TRECHO DA TRANSNORDESTINA QUE CHEGARIA A SUAPE É EXCLUÍDO DO PROJETO | 28 |
| REGIÃO NORTE - PORTO DE MANAUS RECEBE HOJE O QUARTO NAVIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS | 29 |
| REGIÃO SUDESTE - PORTO DE VITÓRIA CONTRATA EMPRESA PARA GERENCIAR OBRAS DE INFRAESTRUTURA | 30 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 30 |
| DESDE 2019, PORTOS ACUMULAM TRÊS GRANDE PRÊMIOS NACIONAIS E RECORDES DE MOVIMENTAÇÃO | 31 |
| BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 197,8 MILHÕES NA 4ª SEMANA DE DEZEMBRO..... | 31 |
| EXPORTAÇÃO DE AÇÚCARES E MELAÇOS TOTALIZA 1,94 MI DE T EM 17 DIAS DE DEZEMBRO; MÉDIA DIÁRIA 35% MAIOR ANTE 2021..... | 32 |
| A CAMINHO DO RECORDE: BRASIL JÁ EXPORTOU 5,2 MILHÕES DE TONELADAS DE MILHO EM DEZ/22 E SE APROXIMA DE RECORDE NO ACUMULADO ANUAL | 32 |
| PUTIN PROÍBE EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO RUSSO PARA PAÍSES QUE IMPUSERAM TETO DE PREÇO..... | 33 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 34 |
| GOVERNO ELEITO QUER ELEVAR INFLUÊNCIA NA ELETROBRAS PRIVATIZADA. ENTENDA OS RISCOS DA PROPOSTA..... | 34 |
| HADDAD PROMETE PLANO ROBUSTO DE CORTES DE GASTOS PARA REDUZIR DÉFICIT NO PRIMEIRO ANO | 35 |
| CAIXA ECONÔMICA: MARIA FERNANDA COELHO É NOME MAIS COTADO PARA PRESIDIR O BANCO | 36 |
| ELETROBRAS CORTA CUSTOS E BUSCA INVESTIR MAIS EM ENERGIA RENOVÁVEL APÓS A PRIVATIZAÇÃO | 37 |
| LULA ASSUME O GOVERNO COM 1,1 MILHÃO À ESPERA DE BENEFÍCIO DO INSS..... | 38 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 40 |
| POR ORDEM DE LULA, HADDAD PEDE QUE GUEDES DESISTA DE PRORROGAR DESONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS | 40 |
| HADDAD, ALCKMIN E MARINA VÃO REPRESENTAR GOVERNO LULA NO FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS..... | 41 |
| PREVISÃO SUBESTIMADA DA RECEITA INDICA ROMBO MENOR PARA 2023 | 42 |
| COMBUSTÍVEL E ENERGIA EM ALTA DEVEM DEIXAR IPCA, EM 2023, ACIMA DO TETO DA META PELO 3º ANO SEGUIDO..... | 43 |
| PROPOSTA DE GUEDES PARA SUBSTITUIR O TETO DEVE SER USADA PELO CENTRÃO PARA PRESSIONAR O GOVERNO | 46 |



| | |
|---|-----------|
| VALOR ECONÔMICO (SP)..... | 48 |
| CUSTO DO FRETE RODOVIÁRIO DO AGRO SUBIU ATÉ 96% EM NOVEMBRO | 48 |
| PAES QUER AMPLIAR USO DE TÍTULOS DO PORTO MARAVILHA | 48 |
| ECONOMIA FRÁGIL DESAFIA GESTÃO DE RAQUEL LYRA EM PE | 50 |
| GASOLINA DEVE FICAR R\$ 0,69 POR LITRO MAIS CARA COM A VOLTA DOS TRIBUTOS FEDERAIS, APONTA LEVANTAMENTO | 51 |
| PIPELINE: IG4 CAPITAL AMPLIA SUA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO | 52 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS..... | 54 |
| PETROBRAS INICIA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMAS P-84 E P-85 | 54 |
| EM MEIO AO SURTO DE COVID, CHINA REABRE ACESSO A MARÍTIMOS | 54 |
| MERCADO DE RECICLAGEM DE NAVIOS PODE VOLTAR À VIDA | 55 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO AVALIOU ESTUDO CONTRATADO PELA INFRA S.A. QUE INDICOU A VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO | 56 |
| GRUPO ATLÂNTICA MATAPI REALIZA EMBARQUE DE GERGELIM EM VILA DO CONDE | 56 |
| PARA REDUZIR CUSTOS, COMPANHIAS PRECISAM INVESTIR EM ESPAÇO LOGÍSTICO NOS PORTOS MARÍTIMOS..... | 57 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 58 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM | 58 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS MOVIMENTA EM 11 MESES DO ANO MAIS CARGAS DO QUE EM 2021 INTEIRO

De janeiro de novembro de 2022, passaram pelo complexo santista mais de 150,4 milhões de toneladas

Por: ATribuna.com.br



No mês passado, as operações também registraram recorde, com 12,2 milhões de toneladas movimentadas Foto: Arquivo/AT

Mais de 150,4 milhões de toneladas passaram pelo Porto de Santos entre janeiro e novembro deste ano. A marca supera em 11,5% o volume movimentado no mesmo período de 2021 e é maior do que todas as operações realizadas no ano passado, quando 147 milhões de toneladas entraram ou saíram do País pelo cais santista. Embarques de commodities e contêineres explicam essa alta.

Os dados são da Santos Port Authority (SPA), a estatal que administra o Porto. No mês passado, as operações também registraram recorde, com 12,2 milhões de toneladas movimentadas. O volume representa um crescimento de 8,2% sobre o mesmo mês do ano passado e é a maior marca para o mês de novembro na história do cais santista.

Nos primeiros 11 meses do ano, os embarques apresentaram crescimento de 15,7%, chegando a 109,8 milhões de toneladas. Já os desembarques registraram alta de 1,5%, totalizando 40,6 milhões de toneladas.

As mercadorias do agronegócio continuaram a se destacar no acumulado do ano, principalmente a soja em grãos, com alta de 12,2%; o milho, cujas operações cresceram 85%; e a celulose, com incremento de 57,2%; além das carnes, com aumento de 29,4%.

“O complexo soja e milho deve ser responsável pelos cerca de 75% do aumento da movimentação. Tal fato decorre das pressões resultantes dos baixos níveis de estoque dos Estados Unidos, devido à quebra da safra americana 2019/2020 por fatores climáticos e, em parte por grandes compras chinesas. Outro aspecto do aumento dessas exportações foi a reconstrução do rebanho chinês de suínos – vitimado pela peste suína africana desde 2020. Há que se considerar que cerca de 65% do estoque mundial de milho e cerca de 30% do estoque mundial de soja estão na China”, afirmou o engenheiro e consultor portuário Marcos Vendramini.

Contêineres

A movimentação de contêineres também manteve crescimento, que chega a 5,3% comparado a mesma base do ano anterior, totalizando 4,6 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), também a maior marca para o período. Todos os segmentos de carga apresentaram crescimento significativo e estabeleceram suas maiores marcas para o período.

A carga geral solta cresceu 42,3%, somando 8,9 milhões de toneladas, com destaque para a celulose (7,4 milhões de toneladas).

“A movimentação da carga solta, entendo ser em função do aumento das exportações de celulose decorrente – por óbvio – do aumento de preços internacionais sem precedentes. As razões principais são: a guerra na Ucrânia, cujas sanções à Rússia acabaram por afetar os fabricantes de papel finlandeses; greves em plantas da Finlândia; a necessidade de formação de estoque para contrapor o gargalo logístico dos portos que atrasa embarques em todo o mundo e projetos de novas plantas de celulose que deveriam entrar em operação entre 2021 e 2022 e foram adiados”, destacou Vendramini.

O especialista aponta, ainda, que a China é destino de cerca de 40% da produção brasileira de celulose. “Há grande possibilidade de que a embalagem de papel que embala o produto que você comprou na China seja originária de uma plantação brasileira). EUA são destino de aproximadamente 20% da nossa celulose”.

Fatores positivos

Para o economista, especialista em Comércio Exterior e professor universitário Hélio Hallite, o ano de 2022 ficará marcado no Porto de Santos pelo recorde na movimentação de cargas, a chegada de supernavios aos terminais instalados no cais santista e a retomada dos cruzeiros marítimos. Contudo, ele faz um alerta.

“O ano de 2022 precisa ser concluído e concretizado entre 2023 e 2025, sob pena de não ser possível a celebração de novos recordes pelo simples fato que a nossa capacidade operacional parar nos sonhos. Precisamos realizar tal como fizemos há 130 anos. E que o sucesso do agronegócio não seja comemorado apenas por produtores, exportadores, donos de navios e nossos 'clientes' mundiais”.

Balança comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial brasileira se manteve no patamar de 29%. Em torno de 25% das transações comerciais do Brasil com o exterior que passaram pelo complexo portuário de Santos tiveram a China como país parceiro. O Estado de São Paulo se manteve com a maior participação (44,1%) nas transações comerciais com o exterior por meio do Porto de Santos.

Mais navios

O fluxo de navios registrado de janeiro a novembro deste ano no Porto de Santos foi de 4.757 atracações, crescimento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2021.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/12/2022

NOVO GOVERNO LULA QUER PARCERIAS PARA ALAVANCAR FERROVIAS E DEVE IMPACTAR

Porto de Santos Setor deve ser uma das prioridades da nova gestão, que pretende emplacar projetos com o apoio da iniciativa privada

Por: Do Estadão Conteúdo



Objetivo é tentar emplacar Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas ferrovias, com a expectativa de haver mais dinheiro público na área. Foto: Matheus Tagé/AT

Considerado um pilar da logística portuária nacional na busca por novos recordes de movimentação de cargas, o setor ferroviário deve ter atenção total do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O objetivo é tentar emplacar Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas ferrovias, com a expectativa de haver

mais dinheiro público na área. A tendência foi reforçada por estudos do grupo de infraestrutura que trabalha na transição.

Ex-ministro de Portos, ex-secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e integrante do grupo de transição, Maurício Muniz disse ser necessário desenhar mais alternativas para desenvolver a matriz ferroviária. PPPs na forma da lei, com contraprestação financeira da União, e a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com participação estatal para construir e operar ferrovias estão entre as possibilidades.

Apesar de tentativas que perpassam os governos de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, o Brasil ainda conta com uma participação baixa de ferrovias no transporte de cargas - menos de 20% da matriz. Com Bolsonaro, o Ministério da Infraestrutura apostou nas renovações antecipadas de contratos de concessão, em novos projetos e nas autorizações ferroviárias.

No caso das autorizações, modelo aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, as empresas conseguem aval do poder público para construir por conta e risco próprios uma ferrovia privada. Até o momento, 32 contratos foram assinados, com previsão de investimentos na ordem de R\$ 149 bilhões.

O time da transição acredita que a estratégia poderá dar certo para trechos curtos - que liguem, por exemplo, uma fábrica a um ramal ferroviário principal -, mas não para trechos que exigem grande quantidade de investimento. O temor é que parte dos contratos assinados seja apenas especulativa, em função do capital insuficiente que muitas das empresas apresentam.

Diante desse cenário, Muniz defende que o governo Lula lance mão das PPPs para impulsionar o modal. O plano segue o entendimento de que concessões puras - sem qualquer recurso do governo - não param de pé, já que as obras exigem alto grau investimento. Com isso, o ex-ministro avalia ser possível que o próximo governo desenhe projetos de ferrovias estruturantes a partir do modelo de PPP previsto em lei, a depender da região e do traçado.

O instrumento permitiria, por exemplo, que a iniciativa privada construa e opere um traçado recebendo algum tipo contraprestação financeira da União.

Não está nos planos retomar a modelagem tentada em 2013, quando o governo Dilma estruturou projeto pelo qual a Valec compraria a capacidade da ferrovia e remuneraria a concessionária com uma tarifa. A ideia buscava tirar o risco de demanda da iniciativa privada, mas enfrentou diversos percalços, inclusive no Tribunal de Contas da União (TCU), e acabou não indo para frente.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/12/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ LANÇA EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇO DE TRAVESSIA SOBRE O RIO AUTAZ MIRIM (AM)

Empresas devem apresentar requerimento até o dia 1º de janeiro. A vigência da autorização emergencial será de 12 meses

Brasília, 27/12/2022 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou, nesta segunda-feira (26), no Diário Oficial da União (DOU), o edital de Chamamento Público para empresas interessadas na prestação de serviço de transporte aquaviário de travessia, de forma emergencial. Ela será responsável pelo deslocamento de passageiros e veículos sobre o Rio Autaz Mirim, localizado na diretriz da rodovia BR-319, km 25, no município de Careiro da Várzea (AM).



Serviço de Transporte de Travessia

As empresas interessadas deverão apresentar requerimento no Sistema de Outorga Eletrônica (SOE) ou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no prazo de sete dias a contar da publicação no DOU. A vigência da autorização será de 12 meses. Além disso, quem for selecionado deverá cumprir os normativos vigentes e as especificações apresentadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes no Estado do Amazonas (DNIT/AM).

As empresas já são autorizadas pela ANTAQ para a prestação de serviços de transporte de travessias na Região Hidrográfica Amazônica também poderão participar do processo seletivo.

Requisitos de seleção

Conforme previsto no edital, a Agência selecionará e autorizará de forma especial, a empresa que oferecer as melhores condições técnico-operacionais, considerando, os seguintes quesitos:

1. Possuir embarcação autopropulsada ou comboio empurrador-barcaça mais adequado ao trecho, considerando as seguintes características:
 - O equipamento deverá permitir o embarque/desembarque dos veículos "de frente";
 - As dimensões do equipamento devem apresentar o comprimento variando entre 35 e 50 metros.
2. Apresentar menores valores médios praticados para veículos e passageiros;
3. Demonstrar aptidão ao início das operações em menor tempo.

Após análise das documentações apresentados, a ANTAQ divulgará o nome da empresa autorizada a prestar o serviço. A celebração do contrato será feita junto ao DNIT/AM e o início das operações deverá ser tratado entre a Agência, a Superintendência do DNIT no estado e a empresa autorizada, de forma a manter o fluxo na rodovia em questão.

Anexos do edital

OFÍCIO Nº 216011/2022/SRE – AM

https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2022/antag-lanca-edital-de-chamamento-para-empresas-interessadas-em-prestar-servico-de-travessia-sobre-o-rio-autaz-mirim-am/sei_dnit_13137209_oficio_7091_.pdf

Nota Técnica nº 2/2022/GREM/SFC

https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2022/antag-lanca-edital-de-chamamento-para-empresas-interessadas-em-prestar-servico-de-travessia-sobre-o-rio-autaz-mirim-am/sei_antag-1795593-nota-tecnica.pdf

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAG**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 28/12/2022

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

FERRAMENTA DO MINFRA PERMITE CONSULTA DE DADOS E PERSONALIZAÇÃO DE MAPAS DOS MODOS DE TRANSPORTES

Cidadãos podem acessar e produzir seus próprios mapas rodoviários, ferroviários, aquaviários ou aeroaviários, além de mapas multimodais

Cidadãos que acessarem o novo Portal do Banco de Informações de Transportes (BIT) poderão cruzar informações e produzir seus próprios mapas, seja de um estado ou de uma região específica, de acordo com as suas necessidades. A atualização com recursos mais interativos aos usuários, entrou no ar nesta terça-feira (27).

Outra vantagem oferecida pelo novo BIT diz respeito às ferramentas modernas de geoprocessamento, que permitem o compartilhamento, de forma centralizada, de dados e informações das vias de transportes existentes e suas características individuais, como o tipo de pavimento de uma rodovia ou de bitola de uma ferrovia, assim como seus terminais e pontos de conexão, sejam eles portos, aeroportos, rodoviárias ou estações ferroviárias.

Desta forma, o portal se apresenta como um ponto central de informações de dados oficiais dos modos de transporte, com direito a publicações, painéis e aplicativos de visualização de mapas on-line. O novo produto foi desenvolvido ao longo de 2022 pelo Projeto de Estruturação de Informações Geográficas da Infraestrutura de Transportes.

Nova estruturação do BIT

O BIT faz parte da necessidade do Ministério da Infraestrutura de prover a sociedade com um sistema de informações dos modos de transportes, com atualizações permanentes. Criado em 1994, sem auxílio da informática, buscava originalmente reunir em um só mapa os traçados de rodovias federais, ferrovias e hidrovias, assim como a localização de portos marítimos, terminais hidroviários e aeroportos.

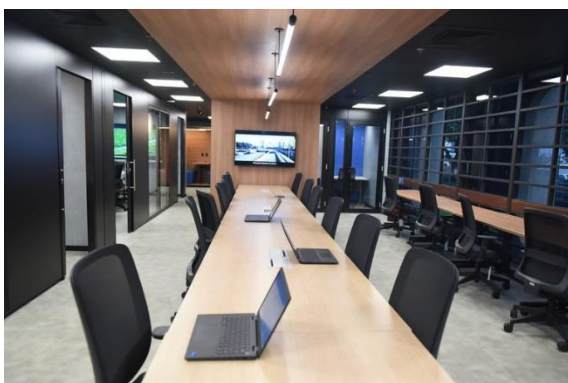
Com o tempo, o Mapa Multimodal foi digitalizado e passou a integrar a página de internet do MInfra, recebendo atualizações e novas funcionalidades desde então.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 28/12/2022

SERVIDORES E COLABORADORES TERÃO NOVO ESPAÇO PARA TRABALHO COLABORATIVO NO MINFRA

Iniciativa inovadora, a Sala 360° oferece estrutura moderna para modelo baseado no compartilhamento de espaço e recursos de escritório



Projeto conta com computadores, estações de trabalho, sala de reunião e copa - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Arquitetura moderna e tecnologia de ponta são alguns dos elementos que compõem a Sala 360°, um espaço de trabalho colaborativo (coworking) inaugurado, nesta terça-feira (27), pelos ministérios da Infraestrutura (MInfra), das Comunicações (MCom) e da Economia. O ambiente foi idealizado para atender



servidores e colaboradores do Governo Federal, em especial os integrantes do Programa de Gestão e Viagem e da modalidade de teletrabalho.

O projeto do espaço Sala 360º faz parte da modernização da gestão dos espaços e prédios públicos, e conta com computadores, estações de trabalho, sala de reunião e copa. Para utilizar a sala, os interessados devem se cadastrar no aplicativo para celular Sala 360º, que está disponível nas lojas Google Play e Apple Store. De simples uso, a ferramenta permite que os usuários façam reservas e consultem os agendamentos.

Para o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MInfra, Nerylson Lima, a iniciativa serve como valorização do capital humano. “Agora, os servidores contam com um espaço inovador e agradável para desenvolver suas atividades”, destacou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 28/12/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

GOVERNO AMPLIA ACORDO COM MICROSOFT E GARANTE DESCONTO DE ATÉ 35% NO VALOR DE SOFTWARES

Mais de 2.900 produtos com descontos estão contemplados no novo acordo; órgãos da administração pública devem observar limites de preços negociados para as contratações

O Ministério da Economia prorrogou o Acordo Corporativo com a Microsoft, garantindo descontos de até 35% nos preços dos softwares comercializados pelo fabricante nos órgãos do governo federal. O extrato do termo aditivo foi publicado nesta quarta-feira, 28, no **Diário Oficial da União** (<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/12/2022&jornal=530&pagina=43&totalArquivos=331>). O objetivo é reduzir custos para os cofres públicos, exercendo o poder de compra centralizada do governo, assim como é feito com outros grandes fabricantes da área de tecnologia, como Google, Oracle, VMware, Red Hat e Qlik.

Entre os acordos firmados, o da Microsoft é o que possui maior volume de itens com descontos. A redução engloba 2.964 produtos, incluindo licenças educacionais e não educacionais. O desconto máximo negociado é de licenciamento anual dos principais produtos demandados por órgãos da administração pública federal, a exemplo de softwares de escritório e de segurança da informação, e chega a 35%. A média geral das reduções de preços com os produtos do acordo firmado é de 26%.

Os acordos com os fabricantes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem o objetivo de padronizar os preços, mas não implicam na aquisição dos produtos nem dispensam licitações. Ao todo, são mais de 280 órgãos da administração pública de todos os poderes e entes federados beneficiados com a redução de custos. Órgãos interessados no desconto podem aderir e reduzir seus custos em futuras contratações das soluções listadas no acordo. Para isso, é necessário manifestar o interesse para a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, conforme orientações apresentadas na página dos Catálogos de Solução de TIC do Governo Federal .

Depois de assinar os acordos, o governo publica na plataforma GOV.BR os catálogos como referência para o limite de preços a serem praticados em licitações dos órgãos da administração pública federal na área de tecnologia. Todos os órgãos precisam observar o limite estabelecido previamente nos catálogos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 28/12/2022

CATÁLOGOS DE SOLUÇÕES DE TIC

Os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas são instrumentos previstos na Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

Os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas são instrumentos previstos na Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, com redação dada pela Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 de setembro de 2019.

Trata-se de uma relação de soluções de TIC ofertadas pelo mercado que possuem condições padrões definidas pelo Órgão Central do SISP, podendo incluir o nome da solução, descrição, níveis de serviço, Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), entre outros elementos.

Metodologia

Os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas são elaborados a partir da identificação das soluções de TIC de uso mais difundido no âmbito da Administração Pública Federal. Em seguida, analisa-se a materialidade das contratações dessas soluções, considerando os órgãos SISP e os não-SISP e o período mínimo de 3 anos anteriores à análise. A partir dessas informações, a Secretaria de Governo Digital estabelece as condições padrões para a aquisição dessas soluções de TIC, incluindo os seus respectivos PMC-TIC, calculados considerando os preços praticados no âmbito da Administração Pública.

Os Catálogos podem ser construídos por meio de processo de negociação com o fabricante da solução, ou publicados unilateralmente pela Secretaria de Governo Digital, a partir de dados oriundos de contratações feitas no âmbito do SISP, pesquisas de mercado, além de outros elementos.

Procedimento para adesão de órgãos/entidades não-SISP aos Acordos Corporativos

É possível que órgãos/entidades não-SISP (empresas estatais e órgãos de outros poderes da esfera federal, estadual e municipal) façam adesões aos Acordos Corporativos firmados pela SGD.

A adesão ao Acordo Corporativo é um procedimento simplificado e ocorre por meio da assinatura eletrônica do Termo de Adesão padronizado. As etapas para a adesão são:

- O envio da manifestação de interesse por parte do órgão/entidade em aderir ao Acordo Corporativo para o endereço eletrônico cgaat.sgd@economia.gov.br informando qual Acordo Corporativo que tem interesse de fazer adesão e os dados da autoridade do órgão/entidade que firmará a adesão (nome completo do signatário, cargo do signatário e nome completo do órgão);
- a anuência do fabricante (a SGD que solicitará ao fabricante após o recebimento da manifestação de interesse com as informações destacadas acima);
- o cadastro da autoridade do órgão/entidade como usuário externo no sistema SEI-ME para assinatura do Termo de Adesão (conforme orientações disponíveis em <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>); e
- a assinatura do Termo de Adesão em si, que é triparte (SGD, órgão/entidade e fabricante), de forma eletrônica (disponibilizaremos o documento para os signatários após a autoridade do(a) órgão/entidade ter efetivado seu cadastro no SEI-ME).

Por fim, destaca-se que os Acordos Corporativos com grandes fabricantes não são contratações de fato, ou seja, as soluções não foram licitadas pela SGD. Assim, cada órgão/entidade que aderir ao Acordo deve realizar a sua licitação usando como teto o preço que consta no Anexo I do respectivo Acordo.

CATÁLOGOS ATIVOS

Google

- [Acordo Corporativo nº 12/2022](#)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 170/2022
Página 11 de 58
Data: 28/12/2022
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 1.0.0](#)
- [Anexo II - Minuta de Termo de Adesão](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - SEPOG-Fortaleza/CE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul - TCE-MS](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR](#)

Microsoft

- [Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [5º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [4º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [3º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [2º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 8/2020](#)
- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 4.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\)](#)
- [Anexo II - Catálogo de Produtos e Serviços Educacionais - versão 4.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\)](#)
- [Anexo III - Minuta de Termo de Adesão](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Justiça Federal de Primeira Instância do Estado de Alagoas - JFAL](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Justiça Federal de Primeira Instância no Estado do Ceará - JFCE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco - JFPE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Justiça Federal em Sergipe - JFSE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de Fortaleza - SEPOG-Fortaleza/CE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Prefeitura Municipal de Contagem do Estado de Minas Gerais - PMC-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE-PA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Estado do Acre - MPAC](#)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 170/2022
Página 12 de 58
Data: 28/12/2022
www.mercoshipping.com.br
mercoc@mercoshipping.com.br

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Prefeitura Municipal de Caruaru de Pernambuco - PMC-PE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Estado de Mato Grosso - MPMT](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Educação de Recife](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe - SEFAZ-SE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ-PE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDFT](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Empresa Pernambucana de Turismo - EMPETUR](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais - AGE-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Fundação Ezequiel Dias - FUNED](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais - CGE-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE-SE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça de Sergipe - TJSE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria da Fazenda do Estado do Pará - SEFAZ-PA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte - DP-RN](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo - TRT-ES](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar](#)



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 170/2022
Página 13 de 58
Data: 28/12/2022
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal - DER-DF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Distrito Federal - TC-DF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Polícia Civil do Distrito Federal - PC-DF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público de Contas do Estado do Pará - MPC-PA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul - TCE-MS](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT18](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Processamento de Dados Amazonas S/A - PRODAM](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Justiça Federal na Paraíba - JFPB](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Polícia Civil do Ceará - PCCE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Pará - TJPA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso - TRE-MT](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas - SEFAZ-AL](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Estado de Santa Catarina - MPSC](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJMT](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco - DETRAN-PE](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria Municipal de Fazenda - Vitória/ES](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Mato Grosso do Sul - MPMS](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - Salvador/BA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Ministério Público do Rio de Janeiro - MPRJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG-MG](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan-RS](#)



[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Câmara dos Deputados](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - GO](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Supremo Tribunal Federal - STF](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG](#)

Oracle

- [Acordo Corporativo nº 10/2021](#)
- [2º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 10/2021](#)
- [1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 10/2021](#)
- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços -versão 3.0.0](#)
- [Anexo II - Minuta de Termo de Adesão](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul - TCE-MS](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG](#)

VMware

- [Acordo Corporativo nº 4/2020](#)
- [3º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 4/2020](#)
- [2º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 4/2020](#)
- [1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 4/2020](#)
- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.2.0](#)
- [Anexo II - Minuta de Termo de Adesão](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral do Pará - TRE-PA](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - EBNPar](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso - TRE/MT](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria Municipal de Fazenda - Vitória - ES](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - TRT18](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Conselho Regional de Química - IV Região do Estado de São Paulo - CRQ-SP](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG-MG](#)

Red Hat

- [Acordo Corporativo nº 6/2020](#)
- [2º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 6/2020](#)
- [1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 6/2020](#)
- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 3.0.0](#)
- [Anexo II - Minuta de Termo de Adesão](#)



Adobe

- [Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços - versão 2.0.0](#)

Broadcom

- [Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços - versão 1.0.0](#)

Qlik

- [Acordo Corporativo nº 9/2020](#)
- [3º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 9/2020](#)
- [2º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 9/2020](#)
- [1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 9/2020](#)
- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.0.0](#)
- [Anexo II - Minuta de Termo de Adesão](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE-MS](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ-PR](#)

[Termo de Adesão ao Acordo Corporativo - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - TJTO](#)

Microsoft

- [Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 3.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\) \(vigente do dia 15/09/2021 até o dia 27/12/2022\)](#)
- [Anexo II - Catálogo de Produtos e Serviços Educacionais - versão 3.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\) \(vigente do dia 15/09/2021 até o dia 27/12/2022\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 8/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\) \(vigente do dia 02/07/2020 até o dia 14/09/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo II do Acordo Corporativo nº 8/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços Educacionais -- versão 2.0.0 | \(Clique aqui para baixar na versão .ODS\) \(vigente do dia 02/07/2020 até o dia 14/09/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços versão 1.0.0 \(vigente do dia 27/09/2019 até o dia 01/06/2020\)](#)

Oracle

- [\[Expirado\] Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços -versão 2.0.0 \(vigência do dia 15/07/2021 até o dia 29/12/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços - versão 1.1.0 \(vigência do dia 24/12/2020 até o dia 14/07/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Acordo Corporativo nº 2/2019 \(vigência do dia 23/12/2019 até o dia 23/12/2020\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigência do dia 23/12/2019 até o dia 23/12/2020\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo II - Minuta de Termo de Adesão \(vigência do dia 23/12/2019 até o dia 23/12/2020\)](#)

IBM



- [\[Expirado\] 1º Termo Aditivo ao Acordo Corporativo nº 3/2020 \(vigência do dia 31/01/2021 até o dia 30/01/2022\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.0.0 \(vigência do dia 31/01/2021 até o dia 30/01/2022\)](#)
- [\[Expirado\] Acordo Corporativo nº 3/2020 \(vigência do dia 31/01/2020 até o dia 30/01/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I - Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigência do dia 31/01/2020 até o dia 30/01/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo II - Minuta de Termo de Adesão \(vigência do dia 31/01/2020 até o dia 30/01/2021\)](#)

VMware

- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 04/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.1 \(vigência do dia 11/02/2021 até o dia 10/02/2022\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 04/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.0.0 \(vigência do dia 08/12/2020 até o dia 10/02/2021\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 04/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigência do dia 11/02/2020 até o dia 07/12/2020\)](#)

Red Hat

- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 06/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 2.0.0 \(vigente do dia 11/02/2021 até o dia 10/02/2022\)](#)
- [\[Expirado\] Anexo I do Acordo Corporativo nº 06/2020 - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigente do dia 11/02/2020 até o dia 10/02/2021\)](#)

Adobe

- [\[Expirado\] Catálogo Unilateral de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigente do dia 02/07/2020 até o dia 07/07/2021\)](#)

Qlik

- [\[Expirado\] Anexo I - Catálogo de Produtos e Serviços - versão 1.0.0 \(vigente do dia 02/07/2020 até o dia 19/12/2021\)](#)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 28/12/2022

GOVERNO AMPLIA ACORDO COM MICROSOFT E GARANTE DESCONTO DE ATÉ 35% NO VALOR DE SOFTWARES

Mais de 2.900 produtos com descontos estão contemplados no novo acordo; órgãos da administração pública devem observar limites de preços negociados para as contratações

O Ministério da Economia prorrogou o Acordo Corporativo com a Microsoft, garantindo descontos de até 35% nos preços dos softwares comercializados pelo fabricante nos órgãos do governo federal. O extrato do termo aditivo foi publicado nesta quarta-feira, 28, no Diário Oficial da União. O objetivo é reduzir custos para os cofres públicos, exercendo o poder de compra centralizada do governo, assim como é feito com outros grandes fabricantes da área de tecnologia, como Google, Oracle, VMware, Red Hat e Qlik.

Entre os acordos firmados, o da Microsoft é o que possui maior volume de itens com descontos. A redução engloba 2.964 produtos, incluindo licenças educacionais e não educacionais. O desconto máximo negociado é de licenciamento anual dos principais produtos demandados por órgãos da



administração pública federal, a exemplo de softwares de escritório e de segurança da informação, e chega a 35%. A média geral das reduções de preços com os produtos do acordo firmado é de 26%.

Os acordos com os fabricantes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem o objetivo de padronizar os preços, mas não implicam na aquisição dos produtos nem dispensam licitações. Ao todo, são mais de 280 órgãos da administração pública de todos os poderes e entes federados beneficiados com a redução de custos. Órgãos interessados no desconto podem aderir e reduzir seus custos em futuras contratações das soluções listadas no acordo. Para isso, é necessário manifestar o interesse para a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, conforme orientações apresentadas na página dos Catálogos de Solução de TIC do Governo Federal .

Depois de assinar os acordos, o governo publica na plataforma GOV.BR os catálogos como referência para o limite de preços a serem praticados em licitações dos órgãos da administração pública federal na área de tecnologia. Todos os órgãos precisam observar o limite estabelecido previamente nos catálogos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 28/12/2022

SERVIDORES DA ESPLANADA GANHAM ESPAÇO DE TRABALHO COMPARTILHADO

Chamado de Sala 360°, ambiente de coworking é inovador e fruto de parceria entre MCom, MInfra e ME

Nesta terça-feira (27/12), um espaço moderno, dedicado ao trabalho compartilhado (coworking), foi aberto para o uso de servidores da Administração Pública federal. Com o nome de “Sala 360°”, o ambiente foi estruturado com computadores, laptops, espaços individuais, salas de reunião com TVs touch screen, espaço de desconpressão, banheiros e uma copa. A sala, localizada no anexo do Bloco R (ao lado da portaria), na Esplanada dos Ministérios, foi pensada a partir de uma nova lógica de compartilhamento de espaços e prédios públicos, destinada a atender profissionais enquadrados, por exemplo, na modalidade de teletrabalho.

A secretária-executiva adjunta do Ministério das Comunicações (MCom), Flávia Duarte, comentou que o projeto é inovador e contou, ainda, com a iniciativa do MCom de desenvolver um aplicativo para a reserva das salas. “Começamos em 2020, quando firmamos nosso Plano de Transformação – o TransformaGov. Estávamos no primeiro ano da pandemia e queríamos implementar o Programa de Gestão (PG.MCom), que era importante porque o ministério tinha sido recém-criado e não tínhamos espaço para alocar fisicamente a equipe na época.”

O aplicativo mobile Sala 360° foi desenvolvido pela Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação (SPTI) do MCom. O app, que já pode ser baixado na Apple Store e em breve estará disponível na Google Play, é primordial para o agendamento prévio do uso dos espaços. De simples utilização, os usuários poderão acessá-lo com seu cadastro no Gov.br, reservar os espaços e consultar as salas mais próximas e os próprios agendamentos já realizados.

Projetada pelas arquitetas Patrícia Brito e Ana Luiza Magalhães, do MInfra, a Sala 360° conta com infraestrutura completa e muitas cores nos ambientes. “Acho que é legal sair daquele monocromático que é a cor de ministério. Eu pensei na minha sala, aquele paredão branco, e pensei: quero algo diferente, pensado no bem-estar e no conforto visual”, compartilhou Patrícia. E a arquiteta teve o apoio que precisava. “A gente tentou inovar com cores e tecnologia para que as pessoas gostem de estar aqui, que elas tenham um ambiente de trabalho mais receptivo e possam trabalhar com mais eficiência”, reforçou o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MInfra, Nerylson Lima da Silva.

O projeto de modernização da gestão dos espaços foi viabilizado por meio de termo de adesão firmado entre os Ministérios das Comunicações (MCom), da Infraestrutura (MInfra) e da Economia (ME). Apesar de não ser a primeira sala do projeto, é a primeira inaugurada por dois órgãos ao mesmo tempo. “Essa sala já nasce compartilhada”, destacou a secretária-adjunta de Gestão do ME, Elise Sueli Pereira Gonçalves.

Palavra do servidor

A servidora pública Rita de Cássia da Silva Fernandes, que entrou no último concurso do MCom para a seleção de temporários e atua na área de licitação e contratos, ficou bem empolgada com o espaço: “vou usar muito! Vai ser a minha segunda casa. Gostei das cores, do espaço, do ambiente amplo. Bem diferente, moderno e agradável de ficar horas estudando, trabalhando e em reunião”.

E ela não foi a única. Pedro Guedes, do MInfra, se surpreendeu com a sala: “Ao mesmo tempo em que é um espaço agradável pra trabalhar em grupo, fazer dinâmicas e brainstorm, é ótimo também pra quem quer um espaço privado para focar no trabalho em um ambiente mais silencioso. Achei tudo muito bonito e moderno – destoa do que a gente entende como Administração Pública em geral”.

Confira o Termo de Uso e a Política de Privacidade da Sala 360° e o e-mail de contato para suporte: sala360@mcom.gov.br.

Rede de espaços compartilhados

As primeiras Salas 360° foram inauguradas em Florianópolis e Brasília. Idealizada pela Secretaria de Gestão (Seges) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, o espaço nasceu dos esforços do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), que apoia os órgãos na modernização e simplificação administrativa.

No dia 21 de dezembro, outra Sala 360°, estruturada pela parceria entre o ME e a Controladoria-Geral da União (CGU), foi inaugurada no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), em Brasília. A iniciativa faz parte do acordo do ME com outros cinco órgãos para oferecer ambientes dotados de infraestrutura adequada para o desempenho do trabalho de servidores públicos federais em todo o país.

*Com informações do Ministério das Comunicações

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 28/12/2022

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL ATINGE R\$ 5,87 TRILHÕES EM NOVEMBRO

Aumento foi de R\$ 92,6 bilhões em relação a outubro, uma variação de 1,60%



O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) totalizou R\$ 5,87 trilhões em novembro, um aumento de R\$ 92,6 bilhões (1,60%) em relação a outubro, quando o montante foi de R\$ 5,77 trilhões. A



Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve seu estoque ampliado em 1,59%, passando de R\$ 5,52 trilhões para R\$ 5,61 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) registrou aumento de 1,89% sobre o estoque apurado em outubro e encerrou novembro em R\$ 254,73 bilhões (US\$ 48,12 bilhões). As informações constam do Relatório Mensal da Dívida referente a novembro produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e divulgado nesta terça-feira (27/12) em entrevista coletiva realizada no Ministério da Economia.

Acesse o Relatório Mensal da Dívida (RMD) e seus anexos

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd/2022/11>

A ampliação do estoque da DPMFi se deveu à emissão líquida, no valor de R\$ 39,81 bilhões, e à apropriação positiva de juros, de R\$ 48,02 bilhões. A elevação do estoque da DPFe foi resultado de R\$ 214,70 bilhões (US\$ 40,56 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 40,03 bilhões (US\$ 7,56 bilhões), à dívida contratual.

O documento destaca que novembro foi marcado pelo aumento de apetite por risco, com dados de inflação dos Estados Unidos abaixo do esperado e expectativas de retomada da economia chinesa, com reflexo nos CDS (Credit Default Swap) emergentes. O mês também teve a curva de juros em forte alta, sinalizando preocupações do mercado com o âmbito fiscal.

Emissões e resgates

Em novembro, as emissões da DPF somaram R\$ 67,09 bilhões e os resgates, R\$ 25,84 bilhões. Na DPMFi foram emitidos R\$ 30,00 bilhões de títulos flutuantes, R\$ 22,36 bilhões de índice de preços e 12,74 bilhões de prefixados. Nos resgates, o destaque foi o pagamento de cupom de NTN-B (Nota do Tesouro Nacional da série B), no montante de R\$ 21,27 bilhões). A emissão líquida da DPF em novembro atingiu R\$ 41,25 bilhões

As Instituições Financeiras foram os principais detentores, com 28,7% de participação, seguidas por Fundos (24,8%) e Previdência (22,5%). O estoque de Não-Residentes em novembro aumentou em R\$ 18,7 bilhões. O estoque de Fundos aumentou em R\$ 30,9 bilhões no mês.

Custo médio

O Custo médio do estoque da DPF acumulado em 12 meses teve aumento de 10,04%, em outubro, para 10,16% ao ano, em novembro. O custo médio do estoque da DPMFi acumulado em 12 meses apresentou aumento para 10,73% em novembro. O custo médio do estoque da DPFe acumulado em 12 meses, por sua vez, aumentou de -3,10%, em outubro, para -1,55% ao ano, em novembro. O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi acumulado em 12 meses foi de 11,93% ao ano.

A reserva de liquidez (colchão) apresentou crescimento, em termos nominais, de 11,00%, passando de R\$ 1,02 trilhão, em outubro, para R\$ 1,14 trilhão, em novembro. Em relação a novembro de 2021 (R\$ 1,09 trilhão) houve aumento, em termos nominais, de 4,11%. O índice de liquidez corresponde a 9,30 meses em novembro. Está previsto para os próximos 12 meses o vencimento de R\$ 1,40 trilhão da DPMFi. “É uma posição bastante confortável para o próximo ano”, comentou o coordenador de Operações da Dívida Pública da STN, Roberto Lobarinhas.

Tesouro Direto

O Tesouro Direto contabilizou vendas R\$ 3,59 bilhões e resgates de R\$ 2,79 bilhões em novembro. A emissão líquida foi de R\$ 810 milhões. O título mais demandado foi o Tesouro Selic (51,32%). O estoque atingiu R\$ 102,98 bilhões, um aumento de 1,73% em relação a outubro. Os títulos indexados à inflação representaram 51,56% do estoque.

As operações até R\$ 5 mil responderam por 81,80% das compras do Tesouro Direto, que teve 448.136 novos investidores cadastrados em novembro, o que elevou o número total de investidores a 22,05 milhões. Isso representa um aumento de 43,01% nos últimos 12 meses. Novembro registrou



um aumento de 7.257 investidores ativos no Tesouro Direto. O total de investidores ativos chegou 2,11 milhões no mês (variação de 21,56% nos últimos 12 meses).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 28/12/2022

SISTEMA DE PROTOCOLO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL PASSA A SE CHAMAR PROTOCOLO.GOV.BR

Solução que permite ao cidadão protocolar remotamente documentos em órgãos públicos é instituída como canal de atendimento obrigatório para toda a Administração Pública federal

O Protocolo Digital, o quarto serviço mais procurado na plataforma única do governo federal, agora passa a se chamar Protocolo.GOV.BR. O canal de atendimento dos cidadãos para envio eletrônico de documentos, solicitações e requerimentos a órgãos públicos deverá ser implantado por toda a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional até 2024, conforme prevê a Portaria Seges/ME nº 10.988/2022, que entra em vigor no próximo dia 2 de janeiro.

O Protocolo.GOV.BR integra o portfólio de soluções do Processo Eletrônico Nacional (PEN), coordenado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. A ferramenta, que já é utilizada em mais de 40 órgãos e entidades, alcançou em 2022 a marca de um milhão de protocolos registrados pelos cidadãos.

Por meio da ferramenta é possível acompanhar as fases do pedido (solicitação, análise, pendência, resultado); receber notificações por e-mail em cada etapa, incluindo o Número Único de Protocolo (NUP) do processo registrado; acompanhar o andamento no Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (SPE) ; receber resposta e ainda avaliar a satisfação pelo atendimento recebido.

De acordo com o secretário de Gestão, Renato Fenili, a medida “é uma iniciativa inovadora que viabiliza o atendimento de valores como qualidade de atendimento, simplificação, acessibilidade, transparência, presunção de boa-fé e igualdade de tratamento, essenciais em um período de intensas transformações sociais e econômicas, no qual a oferta de serviços e canais de atendimento digitais é fundamental na relação do Estado com a sociedade”.

Além disso, o Protocolo.GOV.BR diminui custos com material de consumo, digitalização, impressão e guarda de documentos físicos, trazendo maior celeridade e controle no registro e distribuição de processos administrativos e economia de recursos públicos pelos órgãos e entidades. A ferramenta também integra os sistemas de processos administrativos eletrônicos à plataforma GOV.BR – portal que reúne os serviços do governo federal voltados ao cidadão.

Quem pode utilizar o Protocolo.GOV.BR

Pessoas físicas, na qualidade de interessadas ou de representantes de empresas, associações da sociedade civil ou outros órgãos e entidades da Administração Pública podem utilizar o Protocolo GOV.BR para enviar documentos, solicitações ou requerimentos às instituições que fazem uso da solução. Para isso, é necessário ter cadastro na plataforma GOV.BR. Veja como criar uma conta.

O sistema está disponível para utilização por órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Para acesso e implantação do Protocolo.GOV.BR, as instituições devem seguir os procedimentos estabelecidos no Manual Técnico Operacional anexo à Portaria nº 10.988/2022.

Para mais informações sobre como acessar ou como aderir, acesse o portal do PEN.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 28/12/2022



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E AGU APRESENTAM MODELOS PADRONIZADOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Iniciativa marca o encerramento do primeiro ciclo de entregas para operacionalização da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21)

O Ministério da Economia (ME), em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU), colocou à disposição, desde a última sexta-feira (23/12), modelos padronizados de minutas de licitações e contratos administrativos. A iniciativa marca o encerramento do primeiro ciclo de entregas para operacionalização da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLCC).

Os modelos foram escritos pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União da AGU, e aprovados e diagramados pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME). Todos eles foram elaborados à luz da NLLC e estão publicados no portal de Compras do Governo Federal e na página da AGU.

Até agora estão disponíveis os modelos de edital de licitação, aviso de contratação direta, termos de referência para aquisição de bens e contratação de serviços e minuta de contratos de aquisição de bens e contratação de serviços.

O edital de licitação, por exemplo, traz nova identidade visual com notas explicativas nos comentários do documento, destacando na primeira página somente o que diz respeito à competição e um QR Code para o fornecedor baixar o app Compras e apresentar proposta.

Outra novidade é que haverá apenas um modelo de edital para os diferentes tipos de objeto de contratação, cujas especificidades constarão em outros instrumentos como o Termo de Referência (TR) por exemplo, anexos ao edital. A medida evita a repetição de cláusulas em diferentes documentos do processo, amplia a segurança jurídica e torna o edital mais objetivo.

Em 23 último, a Secretaria de Gestão apresentou em webinar os modelos padronizados na instrução dos processos de contratações. O evento contou também com a participação de Adriano Dutra Carrijo, advogado da União, e Carolina Zancaner Zockun, procuradora da Fazenda Nacional. Ambos são membros da Comissão Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU. A transmissão foi realizada pelo canal do ME no YouTube e está disponível para novos acessos.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 28/12/2022*

CONHEÇA O RENDA+, APOSENTADORIA EXTRA, O NOVO TÍTULO DO TESOIRO DIRETO

Considerado simples, de fácil acesso e seguro, título garante ao investidor o fluxo de renda por 20 anos

A Secretaria do Tesouro Nacional, em parceria com a Secretaria de Previdência (Sprev) e com a B3, está lançando um novo título do Tesouro Direto, o Tesouro Renda+, Aposentadoria Extra. Ele foi instituído pelo Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022, que inclui a Nota do Tesouro Nacional Série B Subsérie 1 - NTN-B1. Por meio desse título, o investidor pode planejar uma data para aposentadoria garantindo o recebimento de uma renda extra pelo período de 20 anos. Há também possibilidades de investimento para até 40 anos de acumulação e, sempre, com mais 20 anos de fluxo de renda mensal no futuro.

O título público, que começará a ser vendido em 30 de janeiro de 2023, chama atenção por ser simples, de fácil acesso e seguro, como destaca o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle: “A principal inovação é a simplicidade. É um título sem risco, já que é garantido pelo Tesouro Nacional, de baixo custo, é rentável e seguro contra a inflação, uma vez que é corrigido pelo IPCA e uma taxa



de juros real”, conclui. Além disso, como em outros títulos do Tesouro Direto, é possível começar a investir no Tesouro RendA+ com aproximadamente R\$ 30.

Esse fluxo de renda mensal, proporcionado pelo acúmulo de títulos ao longo dos anos, será corrigido mensalmente pela inflação, garantindo assim o seu poder de compra. O valor investido será sempre devolvido em 240 prestações mensais (20 anos) que amortizam todo o fluxo investido no período de acumulação. Inicialmente serão ofertados oito títulos, com o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2030.

| Novo Título | Vencimento |
|-------------|------------|
| Renda+ 2030 | 15/01/2030 |
| Renda+ 2035 | 15/01/2035 |
| Renda+ 2040 | 15/01/2040 |
| Renda+ 2045 | 15/01/2045 |
| Renda+ 2050 | 15/01/2050 |
| Renda+ 2055 | 15/01/2055 |
| Renda+ 2060 | 15/01/2060 |
| Renda+ 2065 | 15/01/2065 |

O Tesouro RendA+ é uma opção para quem deseja complementar a aposentadoria, uma vez que a previdência pública funciona como uma espécie de seguro que garante renda do trabalhador e de sua família em casos de doença, acidente, gravidez, morte ou idade avançada.

Outra novidade desse investimento é a isenção de cobrança de Taxa de Custódia da B3 para quem carregar o título até a data de vencimento, com o limite de até seis salários mínimos de renda mensal. No entanto, o investidor que realizar o resgate antecipado dos títulos no período inferior a 10 anos, pagará taxa sobre o valor de resgate de 0,50% ao ano. Entre 10 e 20 anos, a taxa cobrada será de 0,20% a.a. Acima de 20 anos, 0,10% a.a. Além disso, não há mais cobranças de taxas semestrais, ou seja, o investidor só paga a Taxa de Custódia da B3 no momento do resgate que ocorrer antes do vencimento do título.

| Prazo até a saída (anos) | | Taxa sobre o valor de resgate (a.a.) |
|-----------------------------|-----|--|
| De | Até | |
| 0 | 10 | 0,50% |
| 10 | 20 | 0,20% |
| Acima de 20 | | 0,10% |
| Vencimento | | 0% |

O RendA+ foi inspirado em estudos dos professores Robert Merton (Prêmio Nobel Economia 1997) e Arun Muralidhar que introduziu o conceito de SeLFIES, (Standard-of-Living, Forward-starting, Income-only Securities) que são produtos financeiros que facilitam o processo de poupar para uma previdência complementar. Conforme o conceito, ele é acessível a qualquer pessoa, que pode



determinar a quantidade de ativos que deseja adquirir, com taxas de retorno competitivas, de baixo custo e baixo risco.

O subsecretário de Regime de Previdência Complementar, Naron Gutierre Nogueira, ressalta o pioneirismo do produto. “O Brasil será o primeiro país no mundo a, de maneira efetiva, implantar um título público com características previdenciárias”. Ele destaca ainda que qualquer cidadão, independente da renda, poderá adquirir o título. “Qualquer pessoa física vai poder comprar o Tesouro RendA+, pela plataforma PagTesouro. Basta ele responder a duas perguntas: “Quando eu quero me aposentar?” e “Quanto eu quero receber?”, afirma.

Cad&Pag via Pix

Lançado no início de dezembro, o Cad&Pag é a fusão do cadastro simplificado e do novo método de pagamentos, via Pix. As funcionalidades tornam possível a realização de investimentos em menos de cinco minutos, sem a necessidade de ir a uma instituição financeira ou outras burocracias, e ainda realizar o aporte por meio de um Pix. Tudo isso sem sair do site do Tesouro Direto.

As novas funcionalidades permitem que o investidor percorra todo processo em uma única plataforma, como destaca o subsecretário da Dívida Pública, Otávio Ladeira: “Hoje estamos avançando para termos o sistema todo integrado dentro do Tesouro Direto: a escolha, o cadastro e pagamento, todos muito rápidos, em cinco minutos, para dar segurança e tranquilidade no investimento”.

Conheça também o Cad&Pag, título do Tesouro Direto lançado em dezembro

<https://www.tesourodireto.com.br/blog/conheca-o-cad-pag-do-tesouro-direto.htm>

O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido para proporcionar a venda de títulos públicos federais para pessoas físicas. Lançado em 2002, surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, fomentar a formação de poupança e ser instrumento de educação financeira.

Ao longo de 20 anos, o Tesouro Direto cumpre relevante papel com a oferta de títulos públicos do governo federal, sobretudo, nos primeiros passos para o investidor brasileiro. “O lançamento do Tesouro RendA+ é um marco muito importante para o Tesouro Direto e para a parceria da STN com a B3. São duas décadas de trabalho conjunto da STN e da B3 para promover a educação financeira no Brasil e democratizar o acesso a investimentos, com ativos que ajudam a pessoa física na construção de seu patrimônio para a vida toda”, afirma o diretor de Relacionamento da B3, Felipe Paiva.

Atualmente, o programa conta com mais de 2,1 milhões de investidores ativos e, no mês de outubro de 2022, alcançou pela primeira vez o patamar de R\$ 100 bilhões de estoque. A emissão de títulos é 100% garantida pelo Tesouro Nacional. As negociações são realizadas pela internet e o valor mínimo de investimento é de aproximadamente R\$30,00.

O produto oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade (prefixada, ligada à variação da inflação ou à taxa de juros básica da economia - Selic), diferentes prazos de vencimento e diferentes fluxos de remuneração. Além disso, oferece liquidez diária e liquidação de resgate no mesmo dia, sendo a aplicação de menor risco de crédito do mercado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 28/12/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – QUEDA NA MOVIMENTAÇÃO DE ITAJAÍ

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O Porto de Itajaí (SC), um dos principais da Região Sul do Brasil, registrou uma queda em seu movimento de cargas no acumulado do ano até novembro, na comparação com o mesmo período de 2021. A redução chegou a 7%. O complexo operou 15,9 milhões de toneladas nesses onze meses, 1,3 milhão toneladas a menos do que no ano passado, quando atingiu 17,2 milhões de toneladas.

De acordo com a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), o movimento foi afetado pela incerteza quanto à desestatização da autoridade portuária. O atraso no processo que está sendo conduzido pelo Ministério da Infraestrutura - e que será suspenso pelo próximo governo - levou armadores a transferirem suas cargas para outros portos. Um dos terminais mais afetados foi o da APM Terminals, que não conseguiu renovar todos os seus contratos com as linhas de navios de contêineres para 2023.

A recuperação dessa movimentação, principalmente para a unidade da APM, é atualmente o grande desafio do complexo marítimo. E para superá-lo, será necessário um esforço conjunto, de operadores, autoridade portuária e até mesmo dos poderes público estadual e municipal - este último, responsável pela administração do porto. Não será uma tarefa fácil e os próximos meses vão demandar sacrifícios de todos. Mas Itajaí mantém sua localização estratégica, seu mercado consumidor e seus acessos, tendo, portanto, as condições necessárias para recuperar as mercadorias perdidas. Para o porto, este será um momento de união e até de se adotar uma política comercial mais agressiva, a fim de retomar o nível de sua movimentação de cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/12/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

TRANSPORTES 1

Cotado para o novo Ministério dos Transportes, o senador eleito e ex-governador de Alagoas Renan Filho (MDB-AL) só deve se reunir com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) hoje, dia 28, em Brasília. Esse encontro, esperado desde segunda-feira, terá o objetivo de definir a participação do MDB no próximo governo. Também vão participar lideranças do partido, como o presidente nacional da legenda, Baleia Rossi, o governador do Pará, Helder Barbalho, e seus líderes no Senado, Eduardo Braga, e na Câmara, Isnaldo Bulhões Júnior.

TRANSPORTES 2

A realização dessa reunião acabou ficando para esta quarta-feira devido às negociações sobre a participação da senadora Simone Tebet (MDB-MS) no ministério de Lula. Ontem, ela concordou em assumir a pasta do Planejamento, mas pela cota pessoal do presidente eleito, não como uma indicação do partido. Oficialmente, o MDB acabará respondendo por duas pastas: Transportes e Cidades, que terá no comando Jader Barbalho Filho, irmão de Helder Barbalho.

TRANSPORTES 3

O anúncio dos dois novos ministros, Renan Filho (filho do senador Renan Calheiros) e Jader Barbalho Filho, deve ocorrer até amanhã, quinta-feira.

PONTE

O Ministério da Infraestrutura entregou a nova ponte sobre o Rio das Pombas, na BR-470, no município de Pouso Redondo (SC). A obra irá facilitar o transporte de cargas movimentadas nos portos de Itajaí, Navegantes e Itapoá (grãos, carnes, madeira, móveis e máquinas) e o acesso às atrações turísticas na região do Vale do Itajaí. O empreendimento teve um custo de R\$ 17 milhões.

RIO GRANDE

A draga Lelystad retornou ao Porto de Rio Grande (RS) no último sábado, dia 24, véspera de Natal, para atuar na manutenção da profundidade do canal do complexo marítimo. A dragagem nos canais interno e externo estão na etapa final. Assim, os trabalhos vão continuar no trecho do Porto Novo. A expectativa é concluir a obra na primeira quinzena do próximo mês.

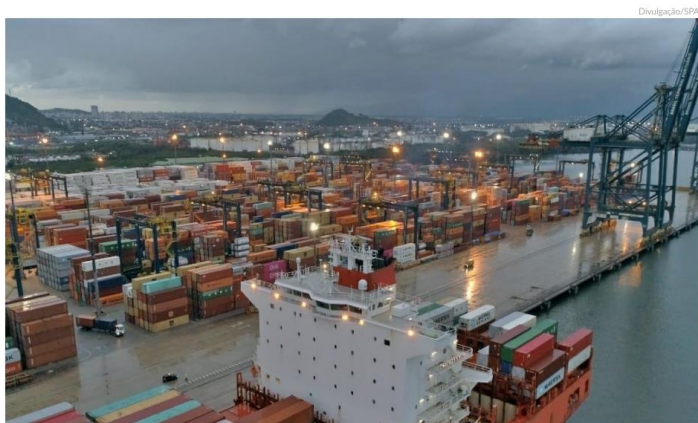
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/12/2022

NACIONAL - LIDERANÇAS PORTUÁRIAS QUEREM DIÁLOGO COM O GOVERNO LULA

Associações defendem abertura para políticas de fomento em infraestrutura, logística e comércio exterior

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



A privatização da Autoridade Portuária de Santos já foi descartada pelo futuro ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França

Lideranças portuárias afirmam que, independentemente da desestatização ou não da administração do Porto de Santos (SP), querem estabelecer um diálogo com o futuro Governo Lula em defesa de políticas voltadas ao desenvolvimento do setor.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição Silva, afirmou que a entidade continuará encaminhando suas contribuições, seja a autoridade portuária de Santos pública ou privada. “Independentemente do governo, da política que virá, nos cabe apresentar as nossas sugestões para propagarmos junto com o governo, de forma proava e reativa, quando e se necessário, de tal forma a prover a defesa e a rigidez do setor”, afirmou.



“MAIS DE 95% DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO É FEITO PELO SISTEMA PORTUÁRIO. EM 2021, O SETOR FOI RESPONSÁVEL POR 25% DO PIB NACIONAL. SEM DÚVIDA, O SISTEMA PORTUÁRIO RESPONDE PELA SOBERANIA NACIONAL”

JESUALDO CONCEIÇÃO SILVA
Presidente da Associação Brasileira dos Terminais

Segundo Jesualdo Silva, a ABTP representa 235 terminais portuários, sendo 79 privados (TUPs), em 22 estados brasileiros. “A gente procura a abertura do diálogo para mostrar a eles (governo) a importância do nosso setor para o Brasil”, comentou.

O presidente da ABTP apontou ainda que “mais de 95% do comércio internacional brasileiro é feito pelo sistema portuário. Em 2021, o setor foi responsável por 25% do PIB nacional. Sem dúvida, o sistema portuário responde pela soberania nacional”, destacou.

Jesualdo Silva salientou que o interesse da entidade é construir uma boa relação com o governo em prol de políticas de desenvolvimento. Ele disse que os últimos governos e o atual reconheceram a relevância do setor de infraestrutura e logística para a economia do País e implementaram políticas assertivas.

Questionado sobre a privatização da Autoridade Portuária de Santos, o presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que “o modelo de desestatização

deve ser analisado individualmente, aplicando o melhor em cada caso”. Barbosa acrescentou que “a ATP sempre defendeu a desestatização, ressaltando preocupações como a adequação das poligonais e o modelo tarifário adotado (com isonomia)”.

Barbosa salientou que a mudança de estatal para gestão privada deve ser amplamente discutida, pois impacta diretamente os terminais que atuam no setor portuário. “No Brasil, há mais de 200 terminais com dois terços da movimentação portuária e mais da metade deles está na área de influência dos portos organizados, por isso, sofreriam as consequências da desestatização. Propostas de construção de novas políticas públicas para o setor portuário devem ser amplamente discutidas, considerando pelo menos quatro pilares essenciais: infraestrutura, segurança jurídica, regulação e competitividade”, ressaltou.

Já o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, disse que a associação se posicionará sobre os planos do futuro governo para os portos posteriormente. “A Abratec considera justificável que a futura administração estude com cautela o modelo proposto e se posicionará apenas após conhecer formalmente os planos do futuro ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para a gestão de nossos portos”, declarou.

Contudo, Morel chama a atenção para questões pontuais e que demandam soluções urgentes como os “problemas crônicos de acesso aquaviário e terrestre que afetam nossa infraestrutura portuária”.

Procurada também, a Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) informou que não se manifestará, por enquanto, sobre a decisão do futuro governo federal de manter a Autoridade Portuária de Santos estatal.

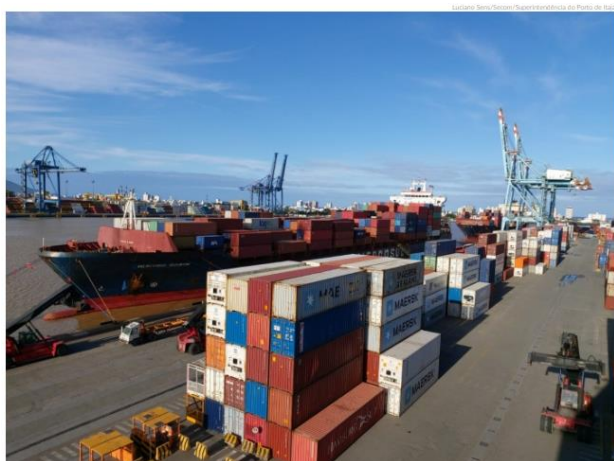
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/12/2022

REGIÃO SUL – INCERTEZA SOBRE LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ DERRUBA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

Complexo portuário tem redução de 7% no acumulado do ano até novembro em comparação ao mesmo período de 2021

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



O complexo operou 15,9 milhões toneladas no período, aproximadamente 1,3 milhão toneladas a menos do que em 2021, quando atingiu 17,2 milhões toneladas

“O ACÚMULO REPRESENTA O QUE O PORTO CONSEGUIU ADQUIRIR DO INÍCIO DO ANO, EM JANEIRO, ATÉ O ATUAL MÊS DO RELATÓRIO MENSAL DE ESTATÍSTICA, NOVEMBRO, SOMANDO CARGAS AO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ”

FÁBIO DAVEIGA

superintendente do Porto de Itajaí Portuários (ABTP)

A movimentação de cargas no Porto de Itajaí (SC) caiu 7% no acumulado do ano até novembro em comparação aos mesmos 11 meses do ano passado. O complexo operou 15,9 milhões toneladas no período, aproximadamente 1,3 milhão toneladas a menos do que em 2021, quando atingiu 17,2 milhões de toneladas.

Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), o motivo foi a incerteza quanto à desestatização da autoridade portuária. O atraso no processo que está sendo conduzido pelo Ministério da Infraestrutura levou armadores a migrarem suas cargas para outros portos. Um grande impacto foi o esvaziamento no terminal da APM Terminals, que perdeu todas as linhas de navios

de contêineres para 2023. Vale lembrar que a companhia chegou a divulgar que encerraria as suas atividades no complexo portuário no final deste mês, mas voltou atrás e firmou novo contrato provisório para permanecer em Itajaí a partir do próximo ano.

Mas a autoridade portuária considera o saldo de novembro positivo. Conforme o balanço estatístico da SPI, o porto operou no mês passado 1.312.201 toneladas — 118.220 TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), elevando a movimentação acumulada do ano para 1.400.004 TEU.

O superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, comemora os resultados. “O acúmulo representa o que o porto conseguiu adquirir do início do ano, em janeiro, até o atual mês do relatório mensal de estatística, novembro, somando cargas ao município de Itajaí”, afirmou.

De acordo com o relatório, o mês registrou 80 navios operados, sendo 22 na área arrendada do Porto de Itajaí (APM Terminals) e cais público – elevando a 253 escalas.

Na APM Terminals e cais público se constatou, no mês, 266.943 toneladas na movimentação de cargas, sendo 3.961.853 toneladas acumuladas no ano. Já a movimentação de contêineres de exportação e importação em novembro totalizou 22.281 TEU — elevando a movimentação acumulada para 334.619 TEU.

Demais TUPs

Outros Terminais de Uso Priva do (TUPs) do Porto de Itajaí também tiveram seus resultados divulgados. A Portonave recebeu 52 navios em novembro, com 982.730 toneladas de cargas movimentadas (95.939 TEU) e 577 escalas no ano, com 11.680.825 toneladas operadas (1.065.205 TEU).

O terminal Braskarne registrou uma escala no mês, movimentando 23.676 toneladas em novembro. No ano, foram 17 escalas, com um total de 71.053 toneladas operadas. O Tepor somou quatro escalas em novembro (34.277 toneladas) e 33 no ano (165.098 toneladas).

O terminal Poly Terminais teve uma escala (4.625 toneladas), elevando o total do ano para seis escalas (30.591 toneladas).

O Terminal Barra do Rio não registrou escalas em novembro, mas acumula 12 no ano, com crescimento em relação a 2021, que até novembro registrava apenas duas escalas realizadas.



Entre os Terminais de Uso Privado, a Portonave recebeu 577 navios neste ano, com 11.680.825 toneladas operadas (1.065.205 TEU)

“O ACÚMULO REPRESENTA O QUE O PORTO CONSEGUIU ADQUIRIR DO INÍCIO DO ANO, EM JANEIRO, ATÉ O ATUAL MÊS DO RELATÓRIO MENSAL DE ESTATÍSTICA, NOVEMBRO, SOMANDO CARGAS AO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ”

FÁBIO DAVEIGA
superintendente do Porto de Itajaí Portuários (ABTP)

“O Porto de Itajaí e o Complexo Portuário exercem impactos na economia do município e no Estado de Santa Catarina. Por meio dos resultados mensais e anuais, colabora para o desenvolvimento da nossa cidade, e com o desenvolvimento de um porto compromissado e atento às demandas dos cidadãos e do meio ambiente”, destacou o prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 28/12/2022

REGIÃO NORDESTE - TRECHO DA TRANSNORDESTINA QUE CHEGARIA A SUAPE É EXCLUÍDO DO PROJETO

Informação consta no aditivo contratual firmado entre a concessionária e a ANTT
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A concessionária informou que até o fim de 2022 serão entregues 815 km da Transnordestina, sendo que 215 km foram concluídos neste ano

Um trecho de 520 km da Ferrovia Transnordestina que sairia da cidade de Salgueiro até o Porto de Suape, ambos no estado de Pernambuco, foi excluído do projeto por inviabilidade econômica. A informação consta no 1º aditivo contratual firmado entre a concessionária Transnordestina Logística SA, do Grupo CSN, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no último dia 23.

Além das condições para a devolução do trecho, o Termo Aditivo visa adequar os investimentos obrigatórios, os respectivos prazos para conclusão e penalidades em caso de descumprimento das obrigações acertadas. O documento afirma ainda que a CSN se compromete a terminar em sete anos o trecho da ferrovia até o Porto do Pecém (CE).

O traçado, que até então tinha cerca de 1.700 km, passa a ter 1.206 km que ligarão a cidade de Eliseu Martins, no interior do Piauí, até o Porto do Pecém, no Ceará, finalizando no município pernambucano de Salgueiro.

Tanto a concessionária quanto o Governo Federal avaliaram que construir os dois trechos - um no Ceará e outro em Pernambuco - torna a obra inviável do ponto de vista econômico-financeiro.

Agora, com o aditivo e as novas obrigações, o objetivo é destravar as obras da ferrovia, iniciadas em 2006 para serem concluídas em 2012, o que não aconteceu devido a diversas paralisações jurídicas e falta de recursos.

Em 2019, a CSN retomou os trabalhos em alguns trechos da ferrovia e afirma que 55% das obras estão concluídas, baseada no traçado inicial.

Ainda segundo a concessionária, até o fim de 2022 serão entregues 815km, sendo que 215 km foram concluídos neste ano.

No último dia 13, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a permissão para a reformulação do contrato que trata da construção da Transnordestina.

O relator do processo, ministro Walton Alencar, disse em seu parecer que há interesse público na continuidade do projeto, principalmente devido à sua importância estratégica que deve elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região Nordeste.

Ferrovia do Sertão

Em setembro deste ano, o Porto de Suape anunciou que a instalação de um terminal de granéis sólidos minerais pela Planalto Piauí vai viabilizar a construção da Ferrovia do Sertão, considerada uma solução ao trajeto da Transnordestina que chegaria ao complexo portuário vindo do Piauí.

No projeto da Ferrovia do Sertão consta que os trilhos sairão de Curral Novo (PI) com destino ao porto, num trajeto de 717 quilômetros.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 28/12/2022

REGIÃO NORTE - PORTO DE MANAUS RECEBE HOJE O QUARTO NAVIO DA TEMPORADA DE CRUZEIROS

MS Marina traz mais de 2 mil turistas norte-americanos, canadenses, britânicos e caribenhos

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O MS Marina é o quarto navio a chegar na capital amazonense, fortalecendo Manaus na rota internacional de cruzeiros

O navio de cruzeiro MS Marina, da empresa marítima Oceania Cruises, chega a Manaus hoje (28), trazendo a bordo 2.240 turistas, entre passageiros e tripulantes, que vão desembarcar no Cais das Torres do Porto de Manaus.

O MS Marina é a quarta embarcação a atracar na capital amazonense na temporada de cruzeiros 2022/2023. O navio americano partiu de Miami, nos Estados Unidos, com passageiros norte-americanos, canadenses, britânicos e caribenhos.

Ele já passou por Santarém (PA), Parintins (AM) e agora se aproxima de Manaus, onde deve permanecer por pouco mais de 24 horas, permitindo que os turistas conheçam os atrativos turísticos da cidade e da Região Metropolitana, como o Museu da Cidade de Manaus (Muma), o Teatro Amazonas, o Museu do Seringal, Anavilhanas e o Encontro das Águas.

A Prefeitura de Manaus, por meio da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult), em parceria com o governo do Estado, vem realizando o receptivo aos turistas que chegam à cidade. Entre as atrações há rituais indígenas, apresentação do boi-bumbá, shows, entrega de mapas da cidade, pesquisa de satisfação, atendimento bilíngue e um Centro de Atendimento ao Turista, no porto.

“Esse é o quarto navio a chegar na capital amazonense com mais de duas mil pessoas entre turistas e tripulantes. Isso significa movimento na economia e sobre tudo Manaus em rota internacional no segmento do turismo”, disse o diretor-presidente da Manaus cult, Alonso Oliveira.

Depois de deixar a capital, a embarcação passará pela costa brasileira, com escalas em Maceió (AL), Rio de Janeiro e Búzios (RJ). Depois, segue para Uruguai e Argentina.

Todos os navios seguem os protocolos sanitários contra a Covid-19, indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério do Turismo. A chegada dos turistas conta com o apoio do Centro de Cooperação da Cidade e do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana.

TEMPORADA

A temporada de cruzeiros tem o encerramento previsto para maio de 2023 e deve contabilizar a passagem de 17 navios pela capital amazonense e um fluxo de aproximadamente 18 mil turistas, gerando um incremento de R\$ 101 milhões na economia local.

“Esse montante de pessoas tem um gasto médio de US\$ 86 pela cotação atual — chega algo em torno de R\$ 447 — e vai injetar nesses setes meses cerca de R\$ 101 milhões. Já temos uma temporada 2023/ 2024 com 33 navios confirmados até agora. Portanto, teremos uma temporada posterior completamente expressiva com volume de recurso altamente relevante para a nossa economia local”, completou a vice-presidente da Manauscult, Oreni Braga.

De acordo com a programação, o próximo cruzeiro a atracar no Porto de Manaus será o Viking Sea, da empresa marítima Viking Ocean Cruises, com cerca de 930 turistas e 480 tripulantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/12/2022

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE VITÓRIA CONTRATA EMPRESA PARA GERENCIAR OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Timenow irá gerenciar projetos como a reforma de armazéns e a ampliação do ramal ferroviário em Capuaba

Por **BÁRBARA FARIAS** barbar@portalbenews.com.br



Privatizado em março deste ano, o Porto de Vitória está sob gestão privada desde setembro

O Porto de Vitória, no Espírito Santo, aumentará a sua estrutura de armazenagem de cargas e o acesso ferroviário. Para isso, contratou a Timenow, empresa de engenharia consultiva, para gerenciar os seus futuros projetos de infraestrutura.

“Primeiro a ser privatizado no País, o porto está investindo em obras estratégicas que fazem parte do caderno de encargos da concessão, e a Timenow foi escolhida para atuar como parceira no gerenciamento dos projetos. Com um prazo estipulado para serem concluídas, as obras trarão mais capacidade e segurança, tornando o cliente mais competitivo e conectado à cidade”, publicou a Timenow em suas redes sociais.

O diretor de Infraestrutura e Operações do Porto de Vitória, Bruno Fardin, disse que serão feitos investimentos em armazéns e no acesso ferroviário. “As melhorias trarão impacto positivo na relação porto-cidade, através da reforma dos armazéns do Cais Comercial, no centro de Vitória, e aumento significativo da competitividade do porto com a recuperação das estruturas de armazenagem e ampliação do ramal ferroviário em Capuaba, em Vila Velha, conectado à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)”, explicou.

A expectativa, segundo Fardin, é que a Timenow forneça uma gestão de projetos mais eficiente, com intuito de cumprir as obrigações que envolvem qualidade e prazo das entregas.

“Nos últimos anos, atuamos no gerenciamento de projetos de infraestrutura envolvendo diferentes portos em todo o Brasil, para clientes como Suzano e Klabin”, divulgou a Timenow.

A companhia elencou ainda os dois projetos que entregou neste ano. Um no Porto do Itaqui, no Maranhão, onde atuou no planejamento, segurança do trabalho, supervisão de campo e suprimentos da implantação de um berço de atracação, um terminal portuário privado de celulose e armazém para estocagem interligado a um ramal ferroviário exclusivo.

Já no Porto de Paranaguá, no Paraná, a empresa gerenciou a construção de um novo terminal de produtos florestais dentro da área primária do porto e a ampliação de uma ferrovia em toda região portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 28/12/2022

DESDE 2019, PORTOS ACUMULAM TRÊS GRANDE PRÊMIOS NACIONAIS E RECORDES DE MOVIMENTAÇÃO

Informações: Notícias Agrícolas (27 de dezembro de 2022)

A empresa pública Portos do Paraná acumulou nos últimos quatro anos uma série de conquistas, que beneficiaram toda a comunidade portuária do Estado. Desde 2019, foram 16 prêmios recebidos, mais de 30 recordes superados e o reconhecimento conquistado junto ao mercado, instituições nacionais e internacionais.

“Estes resultados são fruto do trabalho conjunto entre o Governo do Estado, autoridade portuária, trabalhadores e todas as empresas que atuam na atividade, em Paranaguá e Antonina, como operadores portuários, arrendatários e prestadores de serviço”, destaca o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

O Estado foi reconhecido pela melhor gestão portuária do Brasil por três vezes consecutivas no prêmio “Portos + Brasil”, entregue desde 2020 pelo Ministério da Infraestrutura. A Portos do Paraná obteve a melhor nota no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap) em todas as edições realizadas.

Em 2020, 2021 e 2022, a empresa pública também acumulou outros destaques na premiação, como execução dos investimentos planejados e variação do lucro operacional (EBITDA).

Na área ambiental, nos três últimos anos, os portos paranaenses foram certificados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com o primeiro lugar em Conformidade Regulatória e posição de destaque no desempenho ambiental, sendo o porto público de grande porte melhor avaliado do País.

Outro reconhecimento importante veio do Exterior. Nos últimos anos, a autoridade portuária paranaense foi convidada a participar da Conferência do Clima da ONU por três vezes: COP-25 (Madri, Espanha), COP-26 (Glasgow, Escócia) e COP-27 (Egito).

RECORDES – Mais de 30 marcas históricas foram superadas pelas Portos do Paraná. Entre os dados contabilizados, destaque para a movimentação de cargas, por período, tipo de mercadoria, modal e até na quantidade de embarque e desembarque em um único navio, entre outros.

Na movimentação geral anual, foram três recordes: 53,2 milhões de toneladas (2019), 57,3 milhões de toneladas (2020) e 57,5 milhões de toneladas (2022).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/12/2022

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 197,8 MILHÕES NA 4ª SEMANA DE DEZEMBRO

Informações: Money Times (27 de dezembro de 2022)



A média diária das exportações registrou nas quatro primeiras semanas de dezembro aumento de 12,3%, com alta de 31,4% em agropecuária (Imagem: Jaelson Lucas/Agência de Notícias do Paraná)

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 197,8 milhões na quarta semana de dezembro de 2022.

De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 26, pela Secretaria de



Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,502 bilhões e importações de US\$ 5,304 bilhões.

Em dezembro, o resultado comercial acumula superávit de US\$ 2,285 bilhões. No ano, o saldo é positivo em US\$ 59,816 bilhões.

A média diária das exportações registrou nas quatro primeiras semanas de dezembro aumento de 12,3%, com alta de 31,4% em agropecuária, crescimento de 5,2% em Indústria da transformação e expansão de 17,4% em produtos da indústria extrativa.

Já as importações subiram 19,3%, com alta de 6,6% em agropecuária, crescimento de 46,1% em indústria extrativa e de 18,8% em produtos da indústria da transformação, sempre na comparação pela média diária.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/12/2022

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCARES E MELAÇOS TOTALIZA 1,94 MI DE T EM 17 DIAS DE DEZEMBRO; MÉDIA DIÁRIA 35% MAIOR ANTE 2021

Informações: Notícias Agrícolas (27 de dezembro de 2022)

O Brasil exportou 1,94 milhão de toneladas de açúcar neste mês de dezembro (17 dias úteis), superando o mesmo período de 2021, com receita acumulada de US\$ 821,57 milhões, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia, nesta segunda-feira (26).

Apenas na última semana, foram embarcadas mais de 41 mil t.

Em todo mês passado, o Brasil exportou 4,07 milhões de t dos produtos relacionados ao setor em meio aos bons preços e atraso na safra da Índia. Já em todo o mês de novembro de 2021 (23 dias úteis), as exportações dos produtos totalizaram 1,94 milhão de t e uma receita de US\$ 729,45 milhões.

Nas análises de toneladas por média diária, as exportações de açúcares e melaços totalizaram no período 114,36 mil t/dia, mais de 35% maiores do que em dezembro de 2021 (84,50 mil t/dia). Os preços dos embarques estão quase 13% maiores, em US\$ 422,60/t.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/12/2022

A CAMINHO DO RECORDE: BRASIL JÁ EXPORTOU 5,2 MILHÕES DE TONELADAS DE MILHO EM DEZ/22 E SE APROXIMA DE RECORDE NO ACUMULADO ANUAL

Informações: Notícias agrícolas (27 de dezembro de 2022)

No último mês de 2022 as exportações brasileiras de milho seguem aquecidas. Nestas três semanas de dezembro, o Brasil embarcou 5.235.127,6 toneladas de milho não moído (exceto milho doce), de acordo com o relatório divulgado pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Sendo assim, o volume acumulado nestes 17 primeiros dias úteis do mês já representa 53,4% a mais do que total de 3.410.600,4 toneladas que foram exportadas durante todo o mês de dezembro de 2021.

Com isso, a média diária de embarques ficou em 307.948,7 toneladas, o que na comparação ao mesmo período do ano passado, representa elevação de 107,7% com relação as 148.287 do último mês de 2021.

Nas últimas semanas, a Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) havia estimado que o país irá exportar 6,7 milhões de toneladas de milho ao longo deste mês, patamar maior do que as 5,43 milhões estimadas no início do mês.

“O país caminha para encerrar o ano com um recorde de exportação do cereal em 43,88 milhões de toneladas, após bom desempenho na colheita da segunda safra 2021/22 e uma demanda adicional no mercado externo causada pela guerra na Ucrânia e mais recentemente pela abertura da China ao milho do Brasil”, aponta a Anec.

Para o analisa de mercado da Grão Direto, Ruan Sene, o mês de dezembro deve se encerrar com mais de 5 milhões de toneladas de milho embarcadas e levar o ciclo 2022 a superar o recorde de exportações de 2019. Já para 2023, a chegada da China demandando o grão brasileiro deve levar o país a renovar novamente este recorde.

Em termos financeiros, o Brasil arrecadou um total de US\$ 1,541 bilhão no período, contra US\$ 765,101 milhões de todo dezembro do ano passado. O que na média diária, deixa o atual mês com aumento de 172,5% ficando com US\$ 90,652 milhões por dia útil contra US\$ 33,265 milhões no último mês de dezembro.

Outra elevação apareceu no preço por tonelada obtido, que subiu 31,2% no período, saindo dos US\$ 224,30 no ano passado para US\$ 294,40 neste último mês do ano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/12/2022

PUTIN PROÍBE EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO RUSSO PARA PAÍSES QUE IMPUSERAM TETO DE PREÇO

Fonte: Money Times (27 de dezembro de 2022)



As exportações de petróleo bruto serão proibidas a partir de 1º de fevereiro, mas a data para a proibição de derivados de petróleo será determinada pelo governo russo (Imagem: REUTERS/Lucy Nicholson)

O presidente Vladimir Putin deu na terça-feira a tão esperada resposta da Rússia a um teto de preço ocidental, assinando um decreto que proíbe o fornecimento de petróleo e derivados para as nações

participantes do pacto, por cinco meses, a partir de fevereiro.

O Grupo dos Sete, formado por grandes potências, a União Europeia e a Austrália concordaram neste mês com um teto de preço de 60 dólares por barril para o petróleo russo a partir de 5 de dezembro devido à “operação militar especial” de Moscou na Ucrânia.

O decreto do Kremlin declarou: “Isto... entra em vigor em 1º de fevereiro de 2023 e se aplica até 1º de julho de 2023.”

As exportações de petróleo bruto serão proibidas a partir de 1º de fevereiro, mas a data para a proibição de derivados de petróleo será determinada pelo governo russo e pode ser após 1º de fevereiro.

O decreto inclui uma cláusula que permite a Putin anular a proibição em casos especiais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/12/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO ELEITO QUER ELEVAR INFLUÊNCIA NA ELETROBRAS PRIVATIZADA. ENTENDA OS RISCOS DA PROPOSTA

Se governo levar adiante recomendação da equipe de transição, companhia pode ser alvo de denúncias à CVM e de processos de minoritários

Por Manoel Ventura e João Sorima Neto — Brasília e São Paulo

O governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia aumentar o poder de influência sobre a Eletrobras, que foi privatizada em junho. A União ainda detém 42,7% das ações da empresa, considerando não só a sua própria fatia, como também as de BNDES e BNDESPar. A intenção de ampliar seu poder de interferência na companhia consta no relatório final do grupo de Minas e Energia da transição, obtido pelo GLOBO.

Mesmo com mais de 40% do capital, na prática, a lei limita a 10% o poder de veto de qualquer acionista ou grupo de acionistas, independentemente da participação acionária. Isso acontece porque com a oferta de ações no mercado que viabilizou a privatização, a Eletrobras se tornou uma corporação, uma companhia sem controlador definido, com ações listadas nas Bolsas de São Paulo, Madri e Nova York.

“Inquieta e deve ser foco de atenção a perda por parte da União da possibilidade de influenciar os rumos da Eletrobras apesar de continuar sendo o maior acionista da empresa”, afirma o relatório. O texto acrescenta que a União perderá o poder de influenciar os rumos da empresa de forma proporcional às ações que detém, o que pode implicar em prejuízo para a União. E recomenda: “analisar a viabilidade econômica, jurídica e política da adoção de medidas que permitam que a União tenha voto proporcional ao número de ações ordinárias”.

Para analistas, se o governo levar adiante a recomendação do relatório, estaria violando não só as políticas de governança da empresa, mas também a segurança jurídica, afugentando investidores internacionais. Além disso, abriria espaço para uma leva de ações judiciais de investidores minoritários que poderiam se sentir enganados após a pulverização do controle da empresa, avaliam advogados especializados em Direito Societário.

Adiar assembleias

O grupo quer solicitar à administração da Eletrobras a postergação de assembleias até que “o novo governo tenha condição de avaliar se os interesses da União estão sendo preservados”. E cita a necessidade de avaliar consequências do poder de mercado na mão de um único agente econômico privado.

Para angariar apoio no Congresso, a lei de privatização da Eletrobras determinou a contratação de 8 mil megawatts de energia por meio de termelétricas a gás natural, mas a maioria está prevista em regiões sem o insumo.

A equipe de transição calcula que isso representa custo adicional de R\$ 367,9 bilhões a serem pagos pelos consumidores e, em razão disso, busca alternativas legais para impedir essa contratação de energia.

O documento põe em dúvida um ponto fundamental da privatização: o processo de mudança na forma como a empresa vende sua energia. Ao transferir a empresa ao setor privado, foi permitida



uma mudança no modelo de remuneração da energia gerada pela companhia: sai de cena o preço fixo e entra o valor de mercado. O grupo de trabalho quer postergar esse calendário, o que afetaria o fluxo de caixa da empresa.

A alteração sugerida pela transição poderia ser feita por mudança na lei, por medida provisória ou projeto de lei. Além da fatia de 42,7%, a União ainda detém uma golden share, ação de classe especial que permite ao governo vetar mudanças estratégicas.

O advogado Pierre Moreau lembra que a Eletrobras é concessionária de serviços públicos de energia elétrica. Portanto, o governo poderia evocar cláusulas da Lei Geral de Concessões, do estatuto e do acordo de acionistas, para justificar a interferência.

— A União pode recorrer a esses ‘superpoderes políticos’ da golden share para dizer que a empresa não está indo de acordo com interesses nacionais — diz Moreau, lembrando porém que, por se tratar de empresa de controle pulverizado, isso afetaria a governança da Eletrobras e abriria caminho para ações de minoritários questionando seus direitos.

O advogado Gabriel de Britto Silva, especializado em direito societário, diz que se o novo governo levar adiante a recomendação, a conduta poderia ser configurada como “gestão temerária, com elevado risco”, sendo capaz de colocar em perigo a estratégia e a saúde financeira da empresa:

— Representaria influência e pressão indevidas, violando frontalmente a segurança jurídica, o que seria péssimo não só para a Eletrobras, mas para o país, que necessita de investimento estrangeiro, e, ainda, para o novo governo, que já no início de mandato cairia em descrédito perante investidores nacionais e internacionais.

Direito de minoritários

Britto Silva observa que as assembleias são convocadas pelo Conselho de Administração, mas havendo pressão do governo sobre conselheiros e diretores executivos não seria impossível que fossem adiadas, prejudicando as decisões da companhia.

Para o advogado, se o quadro se confirmar, a violação de políticas de governança poderia ser denunciada à Comissão de Valores Mobiliários (órgão regulador do mercado brasileiro) e à Securities and Exchange Commission (regulador do mercado americano). Poderiam ser aplicadas sanções: advertência, multa e até suspensão dos papéis.

O advogado acrescenta que acionistas minoritários, que aplicaram FGTS nas ações da empresa em busca de um melhor rendimento, poderão se sentir “enganados” pela União e buscar ressarcimento de possíveis prejuízos na Justiça.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/12/2022

HADDAD PROMETE PLANO ROBUSTO DE CORTES DE GASTOS PARA REDUZIR DÉFICIT NO PRIMEIRO ANO

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, futuro ministro diz que déficit de 2023 será menor do que o previsto no Orçamento e que é preciso arrumar a casa

Por Míriam Leitão

O ministro da Fazenda do governo Lula, Fernando Haddad, diz que o governo terá quatro anos, mas a economia precisa se ajustar logo no primeiro. Houve, pelos cálculos dele, um aumento de gastos de 3% do PIB pelo governo Bolsonaro para ganhar a eleição, 1,5 ponto percentual de aumento de gastos e 1,5 ponto de desonerações sem base técnica. E agora é preciso arrumar a casa.

— A hora de fazer arranjo é no primeiro ano - afirmou Haddad em entrevista exclusiva para O GLOBO

Perguntei se será um anúncio formal no começo do governo, ele disse que serão vários:



O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad Agência Brasil

– Serão vários anúncios formais, mas o que eu quero dizer é: o governo tem que dizer ao que veio logo. Arrumar a casa é o item um. Rever desonerações e benesses que foram dadas eleitoralmente e que não têm base técnica nenhuma. Temos que rever os atos desesperados. Isso é uma sinalização clara porque o Banco Central vai responder a ela, os investidores estrangeiros vão responder.

O futuro ministro disse que essa é a sua máxima prioridade:

– Acredito que será logo no primeiro trimestre, porque depois disso vem uma agenda mais estrutural, com a nova regra fiscal e a reforma tributária.

Haddad também garantiu que o déficit primário de R\$ 220 bilhões previstos no Orçamento de 2023 será menor.

- Esse déficit não vai acontecer, ponto final. Isso não vai acontecer. Não é a maneira que eu trabalho – afirmou.

A íntegra da entrevista será publica na edição de amanhã do GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/12/2022

CAIXA ECONÔMICA: MARIA FERNANDA COELHO É NOME MAIS COTADO PARA PRESIDIR O BANCO

Para o BB, o PT quer mulher e a senadora Kátia Abreu (PP-TO) ganhou força nos últimos dias

Por Geralda Doca — Brasília



Caixa Econômica Federal Marcelo Camargo/Agência Brasil

Maria Fernanda Ramo Coelho, ex-presidente da Caixa Econômica Federal nos governos Lula e Dilma entre 2006 e 2011, é o nome mais cotado para assumir o banco novamente. Funcionária de carreira aposentada, ela é próxima ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo interlocutores, Maria Fernanda preferia assumir um cargo relevante no Ministério das Cidades, que será recriado. Ela fez parte do núcleo temático da transição que analisou o tema. Mas, durante as negociações políticas para formar a equipe ministerial, o nome da bancária perdeu força para assumir uma posição na Esplanada.

Contudo, ela é o nome preferido de Lula para o comando do banco estatal, braço financeiro das políticas sociais do governo.

Maria Fernanda ingressou na Caixa em 1984 e chegou à cúpula do banco em 2006, com apoio dos sindicato dos bancários de Recife, sua cidade natal.



Na Caixa, Maria Fernanda substituiu Jorge Mattoso, que deixou o cargo após a quebra do sigilo bancário do jardineiro Francenildo dos Santos Costa. O escândalo também levou à queda do então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que frequentava à mansão em Brasília, onde Francenildo trabalhava.

Na direção do banco, a executiva participou da implementação da política habitacional para baixa renda, Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Maria Fernanda deixou o cargo em 2011, após a descoberta de fraudes bilionárias no Banco Panamericano, que pertenceu ao empresário Silvio Santos. No final de 2009, a Caixa comprou participação no banco, um negócio que foi costurado no Palácio do Planalto.

A explicação oficial para a saída dela foi o convite da então ministra do Planejamento Miriam Belchior para assumir uma diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Maria Fernanda foi procurada, mas não quis se manifestar.

Além disso, na equipe de transição, passou a ganhar força o nome da senadora Kátia Abreu (PP-TO) para assumir a presidência do Banco do Brasil (BB). Ex-ministra da Agricultura de Dilma Rousseff, a senadora conta com a simpática da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para o posto. Há um desejo de que o banco seja presidido por uma mulher no governo Lula.

Segundo interlocutores, Kátia Abreu foi sondada para ocupar uma vice-presidência do BB, mas o que ela deseja mesmo é estar na presidência. A ex-ministra é ligada ao agronegócio, um dos principais focos do BB.

Petistas oriundos do Sindicato dos Bancários defendem uma solução caseira para o BB, mas há dificuldades de encontrar uma executiva com perfil para comandar o banco. Segundo integrantes do BB, a política de promover mulheres nos cargos de direção mais altos da organização é ainda recente.

Um dos nomes defendidos por bancários é da funcionária aposentada do BB Ana Cristina Rosa Garcia. Ela foi diretora de Administração e Finanças da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) e de Gestão do BB. Conta a seu favor o fato de ter participado do programa de igualdade de gênero no BB, mas não teria a experiência exigida para a presidência.

Da mesma forma, a atual diretora de Soluções em Empréstimos e Financiamentos do BB, Daniela Gonçalves, sofre pela falta de experiência, por estar no cargo há poucos meses.

Caso a indicação de Kátia Abreu seja confirmada, o que pode ocorrer somente depois da posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva completaria a sua cota de ter duas mulheres no comando dos principais bancos públicos.

Os bancos públicos terão papel social reforçado no futuro governo, na concessão do crédito para setores que movimentam a economia, o agronegócio e a construção civil. Faz parte da estratégia incluir as duas instituições no programa "Desenrola Brasil" para ajudar a resolver o problema dos endividados.

Procurada, a senadora Kátia Abreu não quis se manifestar.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/12/2022

ELETOBRAS CORTA CUSTOS E BUSCA INVESTIR MAIS EM ENERGIA RENOVÁVEL APÓS A PRIVATIZAÇÃO

Novo plano estratégico da empresa deve ser apresentado ao mercado no primeiro trimestre de 2023

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro

Desde que foi privatizada em junho, a Eletrobras vem dando seus primeiros passos em cortes de custos, renegociação de passivos e saída de sociedades ineficientes. O plano vem sendo liderado por Wilson Ferreira Júnior, que voltou em setembro ao comando da maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, responsável por 23% da capacidade instalada de geração do Brasil e por 39% das linhas de transmissão, com cerca de 68,7 mil quilômetros de extensão.

Ferreira Júnior já havia sido presidente da Eletrobras entre julho de 2016 e março de 2021, quando foi para o comando da Vibra (ex-BR Distribuidora). Atualmente, está desenvolvendo um novo plano estratégico para a empresa, em discussão com o Conselho de Administração. A ideia é apresentar as novas metas no primeiro trimestre de 2023 ao mercado.

Hoje, a Eletrobras comanda quatro subsidiárias e tem participação direta e indireta em 75 Sociedades de Propósito Específico (SPE). A estratégia é se desfazer de parte delas. Há um potencial de venda e arrecadação de cerca de R\$ 4,4 bilhões, de acordo com estimativas do mercado.

Outra iniciativa em estudo é acelerar o investimento em energias renováveis, o que ele já vinha estimulando na Vibra, com ações em energia solar e eletrificação.

Recentemente, a Eletrobras assinou com a Shell acordo de cooperação técnica para troca de informações para um possível investimento no desenvolvimento e na operação de projetos de energia eólica offshore no Brasil. A ideia é investir na diversificação da matriz de geração. Para isso, criou um escritório de transformação para acompanhar de forma centralizada as iniciativas relacionadas à transformação da Eletrobras no momento pós-capitalização.

Um das primeiras medidas conduzidas por Ferreira Júnior foi a criação em novembro de novo Plano de Demissão Voluntária (PDV), com 2.312 empregados elegíveis, o primeiro desde a capitalização da companhia. Mais de 50% já aderiram.

Com custo estimado em R\$ 1 bilhão, o plano será simultaneamente implantado na holding e em subsidiárias, como Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas. O objetivo é atrair funcionários já aposentados ou que estejam em vias de se aposentar até 30 de abril de 2023.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 28/12/2022

LULA ASSUME O GOVERNO COM 1,1 MILHÃO À ESPERA DE BENEFÍCIO DO INSS

Fila na Previdência Social expõe a dificuldade de acelerar os processos do órgão, o que demanda planejamento financeiro

Por Fernanda Trisotto e Letícia Messias* — Brasília e Rio



Segundo especialista, é preciso planejamento orçamentário para reduzir as filas nas agências do INSS Jorge William/Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai assumir o governo com uma fila de 1,1 milhão de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da Previdência Social. O contingente é menor do que quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência, em 2019, mas segue em um patamar elevado apesar de o atual governo ter tomado medidas para acelerar tanto a liberação dos benefícios no período eleitoral

que foi preciso reprogramar o Orçamento para garantir o pagamento das aposentadorias.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO pontuam que dar mais eficiência ao INSS é o grande desafio do próximo governo nessa área e alertam que destravar a fila implicará em aumento dos gastos públicos. No entanto, avaliam que é possível mensurar o impacto da concessão de mais benefícios e prever esse efeito no Orçamento da União, de forma planejada:

— O grande desafio é dar eficiência ao INSS para evitar a judicialização dos casos. E é preciso ter orçamento para custear o acumulado dessa fila: se ela se reduz muito rapidamente, pedidos estão sendo indeferidos ou concedidos — diz Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), alertando que um esforço para reduzir a fila com número maior de concessões demandará um planejamento orçamentário acima do adotado em condições normais.

Quatro meses sem solução

A fila de brasileiros à espera da concessão de algum tipo de benefício da Previdência bateu 1.144.047 pessoas em novembro, de acordo com dados do INSS obtidos pelo GLOBO via Lei de Acesso à Informação (LAI). Esses números compreendem todos os pedidos iniciais, inclusive os que dependem de perícia médica. Nos cálculos do economista Paulo Tafner, a fila do INSS precisa ser reduzida para uma média mensal entre 200 mil e 300 mil requerimentos iniciais para evitar o represamento:

— Na tentativa de acelerar processos, o INSS aprofundou seu atendimento digital, o que é problemático. O que antes já era descartado no guichê hoje vira mais um número na fila. O INSS tem que ter uma linha de atendimento eletrônico, mas tem que manter o atendimento presencial.

A advogada Andrea Lemos, de 57 anos, é uma das pessoas à espera de benefício na fila do INSS. Com 33 anos de contribuição e experiências nos setores público e privado, ela solicitou a aposentadoria em agosto deste ano. O Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) já indicava todo o tempo de serviço, mas o período em que atuou como funcionária pública aparecia como “não-computado”. Após dois meses e meio de espera, ela recebeu uma negativa do INSS e ainda não conseguiu comprovar o período trabalhado.

— Depois de muito esforço, consegui uma ida presencial ao INSS para fevereiro de 2023. Se eu, que sou advogada e tenho noção dos meus direitos, estou com dificuldades de me comunicar com eles, imagina as outras pessoas? — diz Andrea.

Fila menor

A situação do início do governo Lula será um pouco mais confortável que a de Bolsonaro no início de seu mandato. Em janeiro de 2019, a fila do INSS tinha 1.629.969 pessoas aguardando a análise dos pedidos, de acordo com o órgão. Esse estoque chegou a bater a marca de 2,8 milhões de pedidos represados ainda naquele ano.

Para reduzir o volume, o governo voltou a pagar bônus de produtividade para servidores e peritos, expediente já adotado em outras gestões. Desde maio de 2022 há previsão de pagamento de um valor extra por benefícios analisados, mas a medida acaba neste mês. Essa foi uma tentativa de diminuir a fila, muito embora o esforço tenha se concentrado nas proximidades da eleição presidencial.

Miriam Leitão: Governo Bolsonaro elevou o gasto previdenciário no apagar das luzes

De acordo com o INSS, foi em agosto deste ano que os servidores do órgão conseguiram analisar mais pedidos: processaram cerca de 680 mil requisições, mas nem todos foram deferidos. “Esses pedidos foram analisados tanto de forma automática, quanto por servidores do INSS. É válido ressaltar que esse número não considera os benefícios por incapacidade”, informa o órgão, em nota.

Força-tarefa



Para o ex-presidente do INSS, Valdir Simão, sócio do Warde Advogados, o novo governo deve fazer uma força-tarefa de início de gestão para diminuir o estoque da fila, e manter o pagamento de bônus é um mecanismo que costuma auxiliar nessa missão:

— É diretriz do próximo governo continuar o investimento em tecnologia. O governo também precisa continuar e aperfeiçoar os sistemas. Como estamos falando de um volume muito grande de transações e de recursos públicos, qualquer falha pode ter valor de impacto relevante.

Em novembro, 445.497 brasileiros esperavam resposta de pedidos para receber um benefício de prestação continuada (BPC), como os pagos a idosos e pessoas com deficiência em famílias pobres. Outras 265.216 pessoas haviam solicitado a aposentadoria, seja por idade ou por tempo de contribuição, e aguardavam a análise do INSS. Havia ainda 107.620 pessoas esperando salário-maternidade.

A demora para a concessão dos benefícios contraria a legislação. O INSS tem prazo entre 30 e 90 dias para analisar os pedidos, a depender do tipo do benefício. De acordo com o órgão, o tempo médio em novembro de 2022 foi de 72 dias para os benefícios que não precisam de perícia. Mas dados compilados pelo IBDP, também via lei de acesso à informação, mostram que esse prazo oscila bastante: em outubro, por exemplo, o tempo médio foi de 52 dias para benefícios programáveis (como aposentadorias), de 121 dias para o BPC e de até 280 dias para benefícios como auxílio-doença.

Veja os números

- 445.497 cidadãos estão na fila da Previdência para benefícios de prestação continuada (BPC), como pagos a idosos e pessoas com deficiência em famílias pobres
- 1.144.047 pedidos configuram o tamanho exato da fila à espera da concessão de algum tipo de benefício da Previdência Social, segundo dados obtidos pelo GLOBO
- 107.620 pessoas estão na fila da Previdência à espera do pagamento do salário-maternidade, pago às mães que se afastam do trabalho após parto ou adoção
- 265.216 brasileiros que solicitaram suas aposentadorias por idade ou por tempo de contribuição ainda esperam uma resposta da análise do INSS

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 28/12/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POR ORDEM DE LULA, HADDAD PEDE QUE GUEDES DESISTA DE PRORROGAR DESONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Prazo para o fim da isenção dos tributos termina em 31 de dezembro, véspera da posse de Lula
Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA - O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva determinou ao futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que peça ao governo Bolsonaro para que a atual desoneração de combustíveis não seja prorrogada.

Como mostrou o Estadão, o petista ligou na segunda-feira, 26, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para acertar a edição de medida provisória (MP) que prorrogaria a desoneração por mais um mês.



O posicionamento de Lula, agora, empurra a decisão sobre o aumento dos impostos federais para os primeiros dias do seu governo. É que a desoneração dos impostos federais sobre combustíveis foi temporária e tem validade para acabar em 31 de dezembro de 2022.

Haddad comunicou a decisão ao Ministério da Economia na tarde desta terça-feira, 27, por meio de mensagem no celular, segundo fontes do governo Bolsonaro.

Se a desoneração fosse prorrogada, haveria tempo para o novo governo se posicionar e tomar uma decisão sobre a questão. O fim da isenção vai levar ao aumento dos preços, com impacto na inflação. Os Estados também devem aumentar os impostos.

Por outro lado, depois da PEC da Transição que aumentou os gastos, o futuro governo conta com o aumento da arrecadação para diminuir o déficit nas contas públicas já contratado para 2023. O impacto da prorrogação da desoneração, se mantida, é de R\$ 52,9 bilhões ao longo do ano. Setores do mercado financeiro pressionam pelo fim da desoneração para a melhoria das contas públicas.

A pedido do futuro governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não vai propor a MP. A assessoria de Haddad confirmou que o futuro ministro pediu para o atual governo não prorrogar a medida e que o presidente Lula irá tomar uma decisão sobre o tema quando assumir.

Em conversas anteriores, Guedes já tinha acenado a Haddad com a possibilidade de edição de uma MP prorrogando por 90 dias a desoneração. Segundo fontes do Ministério da Economia, as sinalizações iniciais dadas por Haddad a Guedes já apontavam que o governo de transição não tinha interesse na MP.

“Não despachei esse assunto com o presidente Lula ainda. Devo fazer isso entre hoje e amanhã. Então, nós vamos ter novidades entre hoje e amanhã”, disse Haddad a jornalistas no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), de onde despacha o governo de transição.

Integrantes do PT já alertaram para o risco de subida dos impostos logo no primeiro dia de governo, o que poderia acabar em “pólvora” para os atos extremistas contra a posse de Lula.

O impacto na inflação, no risco de alta da Selic e na popularidade do presidente logo na largada do governo também foram postos na mesa. Os Estados também devem aumentar o ICMS da gasolina a partir de janeiro, o que aumenta a pressão.

Na conversa com Haddad, Guedes apontou que o fim da desoneração seria de interesse do mercado financeiro, que não quer a volta da tributação de lucros e dividendos para compensar a perda de arrecadação com a desoneração e o seu impacto nas contas públicas. Guedes tinha proposto taxar lucro e dividendos para compensar o custo do Auxílio Brasil e da manutenção da desoneração.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, o governo já previu a prorrogação da redução de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina, etanol e GNV com impacto de R\$ 34,3 bilhões de perda de arrecadação. Também está prevista a prorrogação da desoneração de PIS/Cofins de combustível do setor produtivo do diesel, GLP e querosene de aviação, com perda de receita estimada de R\$ 18,6 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/12/2022

HADDAD, ALCKMIN E MARINA VÃO REPRESENTAR GOVERNO LULA NO FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS

Futuro presidente não irá ao evento por ter viagem marcada para a Argentina, onde participa da reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

Por Lauriberto Pompeu

BRASÍLIA - Os futuros ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, que também é o vice-presidente eleito, irão representar o governo eleito no Fórum Econômico Mundial, que é realizado tradicionalmente todo ano em Davos, na Suíça, e reúne líderes políticos e empresariais de todo o mundo.

Além deles, também é esperada a presença do ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira. O evento vai acontecer do dia 16 a 20 de janeiro. A informação foi confirmada pela equipe econômica do futuro governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não irá participar porque no mesmo período irá se preparar para participar da reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), na Argentina. No dia 14 de dezembro, o futuro chanceler afirmou que a prioridade de Lula será “restabelecer mecanismos de contato” com vizinhos da América Latina e “reconstruir pontes” com países como Estados Unidos e China, além da União Europeia e da África.

Tradicionalmente os ministros da área econômica, como é o caso de Haddad e Alckmin, e o chefe das Relações Exteriores, função que será exercida por Vieira, sempre participam do evento, que é uma vitrine mundial de relacionamento com empresários e governos estrangeiros, com oportunidades de facilitar acordos comerciais entre países. No caso brasileiro, o meio ambiente, área que será comandada por Marina Silva, é um tema de muito interesse internacional. Marina já chefiou a pasta no primeiro governo de Lula e é uma referência mundial na temática.



Haddad será o ministro da Fazenda do novo governo Lula Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Quando assumiu a Presidência pela primeira vez, em 2003, Lula participou do evento na Suíça e focou seu discurso no combate à fome. Antes de ir para o país europeu, o petista esteve no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, que é uma espécie de evento alternativo a Davos, mas que perdeu protagonismo nos anos recentes.

Não será a primeira vez que o presidente do Brasil estará ausente do Fórum de Davos. A última vez que um chefe de Estado brasileiro marcou presença foi em 2019, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) foi ao evento e levou consigo seus principais ministros na época, como Paulo Guedes (Economia) e Sergio Moro (Justiça). Em 2020, 2021 e 2022, Bolsonaro não participou e enviou representantes, como Guedes e o vice-presidente Hamilton Mourão.

O então presidente Michel Temer (MDB) não foi ao evento em 2017 porque queria cuidar da articulação para presidência da Câmara, mas participou em 2018. Em 2016, nos meses que antecederam seu impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) também se ausentou e enviou o então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, no seu lugar.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/12/2022

PREVISÃO SUBESTIMADA DA RECEITA INDICA ROMBO MENOR PARA 2023

Equipe do futuro ministro da Fazenda calcula que diferença em relação ao valor da peça orçamentária pode superar R\$ 50 bilhões

Por Adriana Fernandes

A equipe do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está empenhada em refazer as projeções de receitas para 2023. Esse é o assunto hoje de maior interesse do novo time econômico do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva nas conversas da área econômica do governo de transição com técnicos do governo.

Técnicos do Ministério da Economia informaram o time de Haddad de que a receita prevista no Orçamento de 2023 está cerca de R\$ 36 bilhões subestimada. O valor não considera, por exemplo, o eventual fim da desoneração dos combustíveis nos tributos federais a partir de janeiro de 2023. A decisão terá de ser tomada por Lula logo no início do próximo governo.

Como mostrou o Estadão há duas semanas, integrantes do governo de transição calculavam que as receitas projetadas pelo governo Bolsonaro na peça orçamentária estaria pelo menos R\$ 50 bilhões mais baixa do que o previsto. Agora, espera-se que essa diferença poderá ser até muito maior.

Se Lula decidir acabar com a desoneração, o aumento da projeção de arrecadação sobe mais R\$ 52,9 bilhões. Esse é o valor que o governo atual previu de perda da arrecadação com a prorrogação da desoneração em 2023 para os impostos federais.



Haddad será o ministro da Fazenda de Lula em novo mandato Foto: REUTERS/Adriano Machado

Recomendação

Especialistas na área fiscal do mercado financeiro têm recomendado a Haddad que dê essa sinalização de aumento de tributos para sinalizar compromisso com a sustentabilidade das contas públicas. Haddad já prometeu para o início da sua gestão medidas que apontem nessa direção, inclusive com avaliação para revisão de benefícios e incentivos tributários.

Quanto maior a receita, menor será o rombo nas contas públicas do governo Lula depois da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, que ampliou o espaço para gastos em R\$ 169 bilhões no ano que vem. O rombo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias antes da PEC é de R\$ 65,9 bilhões. O fim da desoneração com o aumento dos impostos sobre combustíveis aliviaria em parte o aumento do déficit já contratado.

A análise mais acurada do comportamento das receitas deverá servir de baliza para as primeiras decisões de política econômica no primeiro ano. Entre elas, o fim parcial ou integral da desoneração de combustíveis a partir de janeiro de 2023.

Estratégia?

Antes da aprovação da PEC da Transição, já se sabia que as receitas previstas no Orçamento estavam subestimadas. Negociadores do governo de transição suspeitaram, inclusive, que o projeto de lei orçamentária tenha sido encaminhado com receitas subestimadas pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, como estratégia para conter a pressão por aumento de despesas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/12/2022

COMBUSTÍVEL E ENERGIA EM ALTA DEVEM DEIXAR IPCA, EM 2023, ACIMA DO TETO DA META PELO 3º ANO SEGUIDO

Recuo esperado para o IPCA do ano que vem em relação a este ano, no total, será inferior a meio ponto percentual; alimentos devem desacelerar, mas comportamento dos serviços é incógnita

Por Márcia De Chiara

Pelo terceiro ano consecutivo, a inflação também deve superar o teto da meta no ano que vem, fixado em 4,75% pelo Conselho Monetário Nacional. O recuo esperado para 2023 do IPCA, o índice oficial da inflação do País, em relação a este ano será muito pequeno, menos de meio ponto percentual. De acordo com o último Boletim Focus do Banco Central, divulgado na segunda-feira, 26, a mediana das projeções para inflação de 2023 está em 5,23%, ante 5,64% em 2022. Segundo economistas, o que deve mudar na inflação de 2023 é o foco das pressões de preços.

Enquanto em 2022 os preços dos alimentos foram os vilões, em 2023 eles devem desacelerar. Isso deve trazer um certo alívio para os mais pobres, que gastam uma parcela maior do orçamento com comida. Em contrapartida, os preços administrados, principalmente combustíveis e energia, vão ser o foco principal de pressões inflacionárias.



Alta de preços de alimentos deve desacelerar em 2023 por conta da boa safra e da queda de preços das commodities Foto: Wilton Junior/Estadão

As desonerações tributárias impostas pelo governo Bolsonaro sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações reduziram artificialmente a inflação em 2022. Mas a volta da cobrança dos impostos sobre esses itens deve levar a variação dos preços dos administrados do terreno negativo para o positivo em 2023. E o estrago

provocado pela alta desses preços pode ser grande, porque eles entram na formação de custos e preços de outros itens, espalhando pressões inflacionárias por toda a economia.



Fábio Romão, economista da LCA Consultores, diz que os preços dos serviços em 2023 serão a pulga atrás da orelha do Banco Central Foto: Marisa Caduro/ LCA Consultores

“A composição da inflação em 2023 será bem diferente”, afirma o economista da LCA Consultores, Fábio Romão, especialista em inflação. Nas suas contas, os preços administrados, que devem fechar 2022 com deflação de -6,35%, podem subir 6,44% em 2023.

Essa também é a avaliação de Luiza Benamor, analista da Tendências Consultoria Integrada. Com o retorno dos tributos federais, ela projeta uma inflação de administrados muito forte, de 6,2%, para 2023, puxada principalmente por combustíveis. “Com a redução dos tributos em 2022, acabamos contratando uma inflação maior para o ano seguinte.”

Para a gasolina, por exemplo, Romão, da LCA, espera alta de 2% em 2023, após queda estimada em 26,7% em 2022. Nos cálculos, o economista considera a volta de impostos federais e taxas (PIS/Cofins/Cide), mas não a do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). “Por um lado, o câmbio e o petróleo podem ajudar, mas, por outro, o retorno dos impostos federais pode levar a uma pequena alta da gasolina em 2023”, observa.

A energia elétrica é outro preço administrado que deve ter um comportamento de “gangorra”, de variação negativa para positiva. De uma queda projetada de 18,9% em 2022, segundo Romão, a tarifa deve subir 5,95% em 2023, com a volta dos impostos.

Alimentos devem perder força

A contribuição favorável para a inflação de 2023 virá dos preços dos alimentos e bebidas, o grupo que mais pesa no orçamento das famílias. A alimentação no domicílio, por exemplo, que deve subir um pouco mais de 13% em 2022, pode desacelerar. Segundo a consultoria Tendências, os preços da alimentação no domicílio devem subir 4,2% em 2023 - ou apenas 1,47%, de acordo com a LCA Consultores.

A expectativa é que o clima favorável garanta boas safras de grãos, como milho e soja, com impacto positivo sobre o custo das carnes. Além disso, diante do menor crescimento esperado para a economia mundial em 2023, a perspectiva é de queda para os preços das matérias primas (commodities), o que deve contribuir para reduzir a pressão sobre os preços dos alimentos, concordam os economistas.

Também a regularização das ofertas das cadeias globais de produção, desorganizadas em razão da pandemia, podem arrefecer a alta dos preços de industrializados. Luiza Benamor, por exemplo, projeta alta de 4% para os industrializados em 2023, menos da metade do esperado para este ano (8,9%).

A grande incógnita para 2023 é o comportamento dos preços dos serviços. Com o arrefecimento da pandemia e a retomada das atividades presenciais, os preços dos serviços tiveram forte aceleração e devem encerrar 2022 com aumento na faixa de 8%. Para 2023, a expectativa é que os serviços percam fôlego e subam menos, algo em torno de 5,5%, em razão da expectativa de desaceleração da atividade.

“O tamanho da perda de tração dos serviços é uma pulga atrás da orelha do Banco Central”, diz Romão. Se o ritmo de alta dos preços dos serviços em 2022 for mantido em 2023, o economista diz que a inflação poderá ficar acima do previsto.



Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, alerta para o risco fiscal pressionando a inflação do próximo ano Foto: Gabriela Biló/ Estadão

Ajuste fiscal é ponto chave

Um ponto chave para a inflação é como o novo governo vai encaminhar a questão fiscal. “Tivemos a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), mas algumas coisas ficaram indefinidas”, diz Luiza Benamor, da Tendências. Também há sinais recentes de que o novo governo pode adotar uma política fiscal mais expansionista,

observa.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, que, por ora projeta um IPCA de 5,3% para o ano que vem, faz coro. Ele acredita que a sua projeção de inflação para 2023 possa ser superada e chegar a 6%, especialmente em razão do desajuste fiscal, com impactos sobre o câmbio. Se mantido depreciado por um bom tempo, o câmbio pode pressionar os preços domésticos e servir como combustível para a inflação.

Vale frisa que é necessário que o novo governo faça um ajuste das contas públicas. “O governo terá de dar um choque fiscal muito crível no começo do ano, com um arcabouço muito bem desenhado”, afirma.

Se isso não acontecer, o economista acredita que a inflação voltará a subir, e o Banco Central terá de ser mais agressivo na condução da taxa básica de juros, a Selic, para conter a alta de preços. “Hoje, as perspectivas são de que a Selic no final de 2023 será maior do que o mercado imaginava.” Segundo ele, as expectativas do mercado pioraram. A prova disso é que a discussão não gira em torno apenas de quando a Selic deve cair, mas incluem agora o risco de o juro básico aumentar, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/12/2022

PROPOSTA DE GUEDES PARA SUBSTITUIR O TETO DEVE SER USADA PELO CENTRÃO PARA PRESSIONAR O GOVERNO

Projeto elaborado pela equipe econômica, que incorpora a evolução do PIB no cálculo do teto de gastos, deve ser apresentado como PEC em fevereiro

Por Iander Porcella e Débora Alvares

BRASÍLIA - Nos últimos dias do mandato do presidente Jair Bolsonaro, o atual governo deixou pronta uma proposta para alterar o teto de gastos com a intenção de pautar o debate fiscal no ano que vem, antes que a equipe econômica do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva apresente sua sugestão. O Estadão/Broadcast teve acesso com exclusividade à íntegra de três textos redigidos por técnicos do Ministério da Economia a pedido do ministro Paulo Guedes. Integrantes do Centrão querem amarrar as ideias e apresentar no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no início de fevereiro.

A proposta de Guedes é incorporar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no cálculo do teto de gastos, que teria crescimento real permanente, acima da inflação, dependendo do nível da dívida. Hoje, o teto é corrigido apenas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além de marcar posição política e se antecipar à equipe econômica petista, a ideia é abrir uma frente de negociação no Legislativo e deixar claro que haverá resistência em acabar com o teto de gastos - a regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação -, como tem sido defendido pelo PT.

A PEC da Transição, promulgada na semana passada pelo Congresso, determina que o novo governo envie ao Congresso até agosto do ano que vem um projeto de lei complementar para criar uma nova âncora para substituir o teto. O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que pretende apresentar a proposta antes desse prazo, mas a avaliação de parlamentares do Centrão é que a equipe petista ainda deve demorar para chegar a um consenso sobre a regra fiscal.



Proposta de Guedes é incorporar a evolução do PIB no cálculo do teto de gastos

No Congresso, os três textos sugeridos por Guedes - duas PECs e um projeto de lei complementar que tratam do mesmo assunto - devem ser incorporados em uma única PEC e a intenção inicial é que ela seja apresentada na primeira quinzena de fevereiro. Ainda não foi decidido quais parlamentares vão encabeçar a discussão, mas o tema já é debatido entre deputados ligados ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A tendência é que a autoria da proposta

seja do PL, partido de Bolsonaro e uma das principais siglas do Centrão.

O argumento é que uma emenda constitucional dá mais segurança jurídica ao arcabouço fiscal do que uma lei complementar, mas a escolha do Centrão por uma PEC se deve também ao rito de tramitação. Esse tipo de matéria precisa do apoio de três quintos dos parlamentares para ser aprovada - 308 na Câmara e 49 no Senado. Já um projeto de lei complementar, que deve ser formulado pela equipe de Haddad, necessita do aval da maioria absoluta dos congressistas - respectivamente 257 e 41.

A PEC, portanto, dá mais poder de negociação ao Congresso e representa mais riscos para o governo. Ao se antecipar na discussão e propor um texto com maior dificuldade de ser aprovado, a oposição a Lula amplia o desgaste do petista - já iniciado com as negociações da PEC da Transição e a montagem do Ministério, ainda não finalizada a quatro dias da posse, em 1º de janeiro.

A PEC também abre mais espaço para discussão do tema. Esse tipo de texto passa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) das duas Casas e, na Câmara, tramita ainda por em comissão



especial, onde é debatido o mérito. Nos bastidores, os deputados acreditam que essa etapa será essencial para as articulações e conversas com o novo governo sobre o teor que eles desejam ver na proposta que deve vir do Ministério da Fazenda. Uma das ideias do Centrão é convocar Haddad para audiências no Congresso.

Aprovado em 2016, no governo Temer, após um descontrole das contas públicas nos anos anteriores, o teto de gastos foi rompido pelo menos cinco vezes pelo governo Bolsonaro. O próprio Guedes tem criticado a forma como a âncora fiscal foi formulada. “O teto foi muito mal construído. O teto era para não deixar a chuva entrar, mas foi o contrário. Tinha um fogo, um incêndio dentro da casa e não tinha chaminé para deixar a fumaça sair”, disse o ministro, em uma live da Suno Research, no dia 27 de outubro.

Durante a campanha, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva prometeu acabar com o teto, mas até agora a equipe do petista não apresentou uma proposta para substituir a regra fiscal. A PEC da Transição, que garante a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 e o cumprimento de outras promessas eleitorais, determina que o novo governo envie ao Congresso até agosto um projeto de lei complementar para criar uma nova âncora fiscal. Com a PEC de Guedes, contudo, o Centrão quer pautar o debate ao sugerir que, ao invés disso, o teto seja mantido, mas com modificações para torná-lo mais flexível.

O projeto de Guedes

A proposta formulada por Guedes, cujas linhas gerais foram divulgadas em 23 de dezembro numa nota informativa da Secretaria de Política Econômica (SPE), permite o crescimento do teto acima da inflação em alguns cenários. Quando a dívida bruta estivesse em 60% do PIB e o crescimento da economia fosse superior a 1%, o teto seria acrescido com base na inflação e no valor do PIB menos 1 ponto porcentual. Por exemplo, se a economia crescesse 3%, o teto aumentaria 2% além do IPCA.

No cenário em que a dívida bruta ficasse entre 60% e 80% e a economia crescesse acima de 2%, o teto aumentaria com base na soma da inflação com o PIB menos 2 pontos porcentuais. Nesse caso, se o crescimento da economia fosse de 3%, o teto aumentaria 1% além do IPCA. O limite de gastos seria corrigido somente pela inflação quando a dívida bruta estivesse em um nível superior a 80% ou quando, nos dois primeiros cenários de dívida, o crescimento econômico fosse inferior a 1% e 2%, respectivamente. Em 2022, a dívida deve terminar em cerca de 73% do PIB.

A proposta também determina que todo o acréscimo no teto seja alocado em despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias. “O fundamental é que a nova regra limite o crescimento do gasto primário em relação ao PIB com rigidez suficiente para garantir a sustentabilidade da dívida pública. Assim, haveria espaço para crescimento da despesa primária em termos reais, mas a despesa não poderia crescer, pelo menos não de forma sistemática e continuada, a taxas superiores ao crescimento real do PIB”, diz a nota informativa da SPE que serve como base para a PEC.

Se houvesse recessão, o governo seria autorizado a editar crédito extraordinário para aumentar o teto de forma temporária, para estimular a economia e mitigar os efeitos da crise. Nesse caso, o acréscimo no teto não seria incorporado no limite do ano seguinte, como nas situações anteriores. “A nova regra permite uma flexibilização do Teto de Gastos, calibrada de forma a atender múltiplos objetivos: agir de maneira anticíclica em períodos recessivos, permitir a expansão do investimento em períodos de maior atividade, e favorecer a parcela discricionárias das despesas públicas”, diz a nota da SPE.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 28/12/2022

VALOR ECONÔMICO (SP)

CUSTO DO FRETE RODOVIÁRIO DO AGRO SUBIU ATÉ 96% EM NOVEMBRO

Despesa com transporte diminuiu em relação a outubro, mas aumentou em comparação com novembro de 2021, segundo a Conab

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

No mês passado, o preço médio do frete rodoviário caiu no país em relação a outubro, como costuma ocorrer nesse período de entressafra. Entretanto, em comparação com novembro de 2021, o custo aumentou em todas as rotas acompanhadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No Paraná, por exemplo, o custo do transporte entre Campo Mourão e o porto de Paranaguá subiu 9%. Em Goiás, o aumento do custo da rota entre Cristalina e São Simão foi de 96%. As oscilações foram menores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas também seguiram a linha de aumento na comparação anual e de queda em relação ao mês anterior, diz a Conab, em relatório.



Despesa com transporte diminuiu em relação a outubro, mas aumentou em comparação com novembro de 2021, segundo a Conab Guito Moreto/Agência O Globo

“Espera-se o reaquecimento do mercado a partir de janeiro de 2023, com a aceleração da colheita de soja. De forma geral, o mercado interno manteve uma demanda firme de grãos e farelos com destino às regiões produtoras de rações animais no Sul do Brasil, compensando parcialmente a diminuição no volume das exportações”, diz o texto.

Exportações

O boletim logístico da Conab informa também que as exportações brasileiras de milho somaram 48,87 milhões de toneladas entre janeiro e novembro deste ano. O volume é 119,4% maior que o do mesmo período de 2021, quando os embarques somaram 22,27 milhões de toneladas.

“O forte ritmo das exportações brasileiras tem sido impulsionado pelos excelentes preços internacionais ao longo da temporada, a despeito das expectativas recentes, que apontam para uma maior folga no quadro de oferta e demanda mundial”, diz a estatal.

As exportações brasileiras de soja, por outro lado, caíram 7,9%, reflexo da queda da produção neste ciclo e da diminuição do ritmo de comercialização no mercado interno. De janeiro a novembro deste ano, o volume de embarques foi de 88,14 milhões de toneladas; no mesmo intervalo do ano passado, as exportações chegaram a 95,72 milhões de toneladas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/12/2022

PAES QUER AMPLIAR USO DE TÍTULOS DO PORTO MARAVILHA

Ideia é ampliar uso para financiar empreendimentos imobiliários sem emissão de novos papéis

Por Rodrigo Carro e Caio Sartori — Do Rio



O prefeito Eduardo Paes: município estaria disposto a deixar de receber da Caixa cerca de R\$ 4 bi para baratear os títulos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Prefeitura do Rio de Janeiro negocia com a Caixa Econômica Federal o uso de títulos (Cepacs) emitidos dentro do projeto de revitalização urbana Porto Maravilha para financiar empreendimentos imobiliários em São Cristóvão, bairro vizinho à zona portuária. Cada Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac) emitido pelo Prefeitura equivale a um total de metros quadrados a serem construídos pelos empreendedores.

A lógica por detrás da mudança seria a de ampliar a possibilidade de uso dos papéis sem emitir novos Cepacs, explicou ontem o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), em almoço com jornalistas. Paes informou que planeja extinguir a parceria público-privada (PPP) criada para viabilizar o Porto Maravilha.

Firmada em 2010, entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo, a PPP previa a reurbanização e a prestação de serviços públicos numa área de 5 milhões de metros quadrados na Região Portuária do Rio de Janeiro. Orçado originalmente em R\$ 8,3 bilhões, o projeto seria custeado com a venda de Cepacs, mas o desaquecimento do mercado imobiliário fluminense no período que se seguiu à Olimpíada de 2016 freou a demanda pelos papéis.

Desde 2017 o mercado carioca de escritórios corporativos de alto padrão não registra novos empreendimentos. Relatório da empresa de serviços imobiliários Cushman & Wakefield indica que ao fim do terceiro trimestre deste ano a taxa de vacância - o percentual sem ocupação da área ofertada para aluguel - na zona portuária era de 31,1% enquanto na capital fluminense este percentual estava em 32,48%.

Paes esclareceu ainda que este ano as negociações com a Caixa Econômica Federal caminhavam bem até o início do período eleitoral, quando “deram uma estancada”. A expectativa do prefeito é que sejam retomadas a partir da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O município estaria disposto inclusive - segundo Paes - a deixar de receber da Caixa cerca de R\$ 4 bilhões a que teria direito como forma de reduzir o preço dos Cepacs e, com isto, alavancar a demanda pelos títulos.

No evento, Paes comentou ainda sobre a concessão da Linha Amarela, via expressa que liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão. A Prefeitura trava uma disputa judicial com a Lamsa, concessionária que administra a via, para tentar encerrar o contrato de concessão.

No entender da Prefeitura, a concessão termina no próximo dia 31 de dezembro, mas ainda há uma audiência de conciliação marcada pela Justiça para 2 de fevereiro para tratar do tema. A Prefeitura do Rio chegou a abrir processo administrativo para pôr fim ao contrato de exploração do pedágio da Linha Amarela, mas suspendeu a medida para aguardar o resultado da audiência com a Lamsa. “Não vou tomar uma atitude que não se sustente juridicamente”, resumiu Paes.

Perguntado se já havia sido contactado por possíveis interessados em assumir futuramente a concessão caso a Prefeitura seja vitoriosa na disputa jurídica com a Lamsa, Paes informou que não, mas frisou que o negócio é atraente. “A torcida do Flamengo toda vai querer entrar na licitação quando ela for aberta”, exagerou o prefeito.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 28/12/2022

ECONOMIA FRÁGIL DESAFIA GESTÃO DE RAQUEL LYRA EM PE

Recuperação da atividade econômica após a pandemia está mais lenta que a média nacional
Por Marina Falcão — Do Recife



Raquel Lyra: eleita precisará acomodar vários grupos em seu governo para montar sua base no legislativo estadual — Foto: Diego Nitro/Valor

A ex-prefeita de Caruaru Raquel Lyra (PSDB) assumirá o comando de Pernambuco sob grande expectativa, por parte do seu partido, de fazer uma gestão modelo com projeção nacional. Para tanto, a nova governadora precisará dar fôlego à atividade econômica local, que se recupera em ritmo bastante inferior à média do Brasil no pós-pandemia.

Na área fiscal, Lyra encontrará um Estado que paga os salários em dia, mas não consegue alavancar investimentos. Segundo a vice-governadora eleita, Priscila Krause (Cidadania), Pernambuco tem R\$ 1,8 bilhão em obras contratadas para 2023 e apenas R\$ 322 milhões reservados no orçamento para tanto. A maioria dos contratos sem lastro são do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e muitos deles foram firmados a despeito da perda de arrecadação com ICMS dos combustíveis. “É uma preocupação muito grande o quadro que nos deparamos agora”, disse Krause.

O governador do Estado, Paulo Câmara (PSB), que recebeu o governo em 2015 das mãos do pai de Raquel, João Lyra Neto, afirmou que as declarações de Krause demonstram “desconhecimento da matéria financeira” e que ela “optou por fazer uma leitura pontual e desconectada da realidade”. Ele afirmou que vai deixar o Estado com R\$ 3 bilhões em caixa e R\$ 3,4 bilhões em operações de crédito com aval da União.

Segundo Krause, a nova gestão deve partir imediatamente para captar novos empréstimos com o governo federal, bancos e entidades internacionais. Ajudará o fato de Pernambuco ter conseguido melhorar sua nota de crédito de Capag (capacidade de pagamento) de C para B em função da injeção de recursos federais para combate à pandemia, algo que beneficiou os Estados de forma geral.

Uma mudança mais sustentável do quadro, no entanto, passa necessariamente pela recuperação da atividade econômica local e o consequente aumento da arrecadação. No auge da pandemia (2020), o baque econômico do Estado de Pernambuco foi maior que o nacional, com recuo de 4,1% do PIB, contra queda de 3,3% do país. Em 2021, o Brasil começou a se recuperar e cresceu 5%, mas Pernambuco avançou apenas 2,2%. Para este ano, a previsão é de outra performance abaixo da média: o PIB estadual deve subir em torno de 0,9%, enquanto o nacional pode avançar 3,1%.

A lenta recuperação do Estado, segundo o economista Écio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está ligado ao mau desempenho do setor de serviços, incluindo turismo, que tem elevada participação no PIB pernambucano. O agronegócio recupera-se bem nesse ano, com avanço de mais de 10%, mas o setor tem pouco peso na economia estadual.

A atração de novos investimentos públicos e privados é crucial para melhorar os indicadores sociais do Estado, uma fragilidade da gestão do PSB. A região metropolitana do Recife tem hoje a segunda mais alta taxa de desemprego do país - atrás apenas da de Salvador - e metade da população vive com até R\$ 400 por mês, o maior percentual de pessoas em extrema pobreza do país.

A reversão desse cenário pode ser dificultada pelo fato de Lyra ter sido a única eleita no Nordeste que não apoiou Lula no segundo turno e se manteve neutra na disputa até o fim. Concorrentes diretos de Pernambuco na atração de investimentos, Ceará e Bahia permaneceram sob comando

do PT. “Não abrimos o voto para presidente, mas está nas prioridades de Raquel fazer a interlocução com o governo federal”, disse Krause.

Lyra reuniu-se imediatamente com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) após a eleição, mas ainda não se sentou à mesa sozinha com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em todas as entrevistas que dá faz aceno ao petista, afirmando ter certeza que ele “não faltará ao seu Estado natal”. Os recursos, no entanto, são escassos. O governo federal, por meio da Caixa, só tem R\$ 10,5 bilhões para emprestar aos Estados nas operações sem garantia e todos os entes querem a maior fatia possível.

O bom relacionamento com o governo federal pode ser crucial para destravar o trecho pernambucano da Transnordestina, considerada uma obra fundamental para alavancar a economia estadual. No ano passado, o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos) reajustou o contrato da obra retirando a parte pernambucana, que ligaria Custódia (PE) ao Porto de Suape, em Ipojuca (PE). O trecho cearense foi mantido. A Bemisa, mineradora do grupo Opportunity, tem interesse em fazer o ramal de Pernambuco, mas o desenho financeiro ainda está indefinido.

Outro gargalo da infraestrutura de Pernambuco, o saneamento básico também estará nas prioridades de Lyra. Cerca de 70% dos pernambucanos não têm acesso ao serviço. O Estado firmou parceria público-privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental em 2013 - posteriormente vendida para a BRK -, mas as obras estão empacadas. “Precisamos estudar o formato que precisa apresentar como solução. A PPP não cumpre as metas do marco do saneamento, pois foi feita antes”, afirmou Krause.

Eleita com rede de apoios inicial ínfima, Lyra está até agora fazendo mistério sobre a composição do seu secretariado. Para conseguir montar sua base no legislativo estadual, ela precisará acomodar lideranças que também fizeram oposição ao PSB. Grupos políticos relevantes como o do deputado Eduardo da Fonte (PP) e o dos ex-prefeitos Anderson Ferreira (PL) e Miguel Coelho (União Brasil) aguardam espaços no novo governo. “Vamos construir a maioria no legislativo. Temos total espaço para fazer essa construção política”, disse Krause.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/12/2022

GASOLINA DEVE FICAR R\$ 0,69 POR LITRO MAIS CARA COM A VOLTA DOS TRIBUTOS FEDERAIS, APONTA LEVANTAMENTO

Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura, as estimativas para o etanol é de aumento de R\$ 0,26 por litro, e para o diesel, de R\$ 0,33 por litro

Por G1 — Brasília



— *Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo*

A volta de tributos federais sobre combustíveis deve elevar o preço para os consumidores nos seguintes valores, de acordo com levantamento do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE):

- Gasolina: R\$ 0,69 por litro
- Etanol: R\$ 0,26 por litro
- Diesel: R\$ 0,33 por litro

Na terça-feira (27), o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, não concordou em prorrogar a medida que isenta o pagamento de PIS e Cofins sobre combustíveis, dois tributos federais.

A isenção foi estabelecida pelo governo Jair Bolsonaro no início do ano, para baixar os preços, impactados pela guerra na Ucrânia, e tem validade até o fim deste mês.

Com isso, haverá uma reoneração dos combustíveis, pelo menos até o governo eleito tomar alguma medida para frear os preços.

De acordo com Haddad, Lula não quis que o governo atual prorrogasse a isenção, porque entende que o novo governo deve ter mais tempo para avaliar os impactos da medida.

Contas públicas

Pelo lado do consumidor, a reoneração aumenta o preço nas bombas e, conseqüentemente, a inflação, já que o valor dos combustíveis causa impacto em uma série de produtos e serviços.

Já pelo lado das contas públicas, a reoneração devolverá cerca de R\$ 50 bilhões por ano aos cofres públicos.

Esse valor "é muito bem-vindo" no cenário de dificuldade fiscal esperado para o país em 2023. Com a aprovação da PEC da Transição, que permite o pagamento de R\$ 600 do Bolsa Família, a previsão de déficit para a União no ano que vem passou de R\$ 60 bilhões para R\$ 230 bilhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/12/2022

PIPELINE: IG4 CAPITAL AMPLIA SUA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

Gestora busca ir além da reestruturação e mira modelo empresarial inspirado no 3G Capital

Por Maria Luíza Filgueiras e Taís Hirata — De São Paulo



Terminal de Grãos do Maranhão, da CLI: a empresa de terminais portuários da IG4 recebeu neste ano um investimento da Macquarie, que se tornou sócia — Foto: Divulgação

Depois de formar uma plataforma de negócios com cinco empresas controladas, que já somam faturamento de US\$ 1,8 bilhão e Ebitda de US\$ 500 milhões, a gestora de private equity IG4 Capital tem adotado uma postura que o fundador Paulo Mattos define "mais para grupo empresarial do que fund manager".

A firma, criada em 2016, se especializou em comprar ativos estressados - normalmente num desenho com bancos credores - e recuperá-los. Numa visão mais purista de gestor de fundos, uma vez que os ativos se tornam rentáveis e desalavancados, seria uma boa hora para revendê-los, embolsando o lucro e procurando a próxima encrenca. Mas, na tal postura empresarial, a IG4 quer surfar também a fase boa dos negócios, reciclando a base de investidores.

Para Mattos, uma inspiração de modelo é a 3G Capital, de Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles, e a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett e Charles Munger. Ambas são firmas de investimento mais voltadas para portfólios de bons ativos, em que participam da administração e sem pressão de prazo para se desfazer da carteira.

Assim, o plano de longo prazo da IG4 é atuar durante toda a vida do negócio, mantendo controle sobre a gestão das companhias. "Dessa forma, a gente consegue pegar as duas fases do investimento. Consegue salvar o negócio por meio dos nossos fundos tradicionais e então trazer outro investidor para a plataforma, inclusive como forma de dar saída aos primeiros investidores", afirma o sócio-fundador.



É o que foi feito, por exemplo, com a Iguá Saneamento, antiga CAB Ambiental, comprada da Galvão Engenharia. Com a reestruturação, a gestora atraiu para seu capital os fundos de pensão canadenses AIMCo e, depois, o CPPIB, e fez um investimento bilionário no leilão de água e esgoto do Rio de Janeiro, em 2021.

No caso da companhia de saneamento, o plano para seguir expandindo a operação agora é focar em novas parcerias no âmbito das subsidiárias do grupo, tanto as existentes quanto novos projetos. A empresa tem buscado um novo sócio investidor para continuar crescendo e fortalecer a base de acionistas, processo coordenado por Morgan Stanley e Bradesco BBI, mostrou o Pipeline (site de conteúdo de negócios do Valor) em novembro - questionado, Mattos não comentou o assunto.

Hoje, além da Iguá, a gestora opera outras quatro plataformas: Opy Health, empresa de gestão hospitalar; CLI, de terminais portuários (em sociedade com a Macquarie Infrastructure); Aenza (ex-Graña y Montero), empresa peruana de construção e concessões de infraestrutura; e a chilena Adelco, de armazéns e galpões logísticos.

Na IG4, todo o capital levantado no primeiro fundo já foi devolvido aos cotistas, e o que era capital proprietário dos sócios da firma segue sendo reinvestido. A gestora soma hoje US\$ 1,2 bilhão em ativos sob gestão.

Nas estratégias de “special situations” e “value”, a companhia consegue alcançar bolsos diferentes de investidores e ampliar sua base de potenciais cotistas. “O investidor de infraestrutura não quer ativos estressados”, diz.

Como um time de 38 pessoas, a IG4 também tem reforçado a liderança das áreas novas. Acaba de contratar Thiago Silva, executivo que foi do Ontario Teachers Pension Plan (OTPP) e da Brookfield Asset Management no Canadá, para a área de Infraestrutura na América Latina, buscando novos investimentos e investidores.

Também trouxe Antonio Rabelo, ex-diretor jurídico da Oi, que coordenou a recuperação judicial da telecom e foi associado do escritório White & Case em Londres, para a área de soluções de crédito com Hélio Novaes, que foi sócio da Alvarez & Marsal, e Tatiana Benitez, que traz a experiência nas áreas de reestruturação de créditos do Itaú e Santander.

Em 2019, a gestora tomou a decisão de diversificar investimentos geograficamente na América Latina, para não ter somente risco Brasil em carteira. No segundo fundo, metade do capital foi alocado em mercados vizinhos, como na aquisição da peruana Aenza, que opera de concessões de metrô a terminais de armazenamento de combustível.

A IG4 também já tem escritório no Chile, onde avalia um investimento nos moldes da Opy Health, e vai abrir uma base também na Colômbia, no ano que vem. A firma vai se manter fora da Argentina por enquanto - apesar de ver bons ativos ali, há também uma incerteza grande para desinvestimentos.

A gestora avalia investir em saneamento fora do Brasil, aproveitamento a experiência adquirida com a Iguá - mas não por meio desta companhia, que tem mandato para operar apenas no Brasil - e pode expandir a operação da peruana Aenza.

Para além dos setores em que o grupo já atua, Mattos afirma que há novos mercados no radar.

“Estamos olhando ainda ativos minerais que tenham algum direcionamento, como produção de lítio voltada a baterias, e fertilizantes. Também estamos analisando ativos no setor de energia renovável e de telecomunicações, nas áreas de fibra e data center”, afirma o sócio.

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS INICIA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMAS P-84 E P-85

Da Redação OFFSHORE 28/12/2022 - 15:54



Unidades terão conceito All Electric voltado à redução de emissões

A Petrobras iniciou o processo de contratação de duas unidades de produção do tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) para as jazidas compartilhadas de Atapu e Sépia, com previsão de recebimento das propostas em julho de 2023 e início da produção em 2028.

Após a segunda rodada de licitação dos volumes excedentes da cessão onerosa, a Petrobras, operadora, passou a deter na jazida compartilhada de Atapu 65,7% de participação, a Shell 16,7%, a TotalEnergies 15%, a Petrogal 1,7%, e a União, representada pela Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, 0,9% da jazida compartilhada de Atapu. Para a jazida compartilhada de Sépia, a composição é Petrobras (55,3%) como operadora, TotalEnergies (16,9%), Petronas Petróleo Brasil Ltda. (12,7%), QatarEnergy (12,7%), Petrogal (2,4%). Em ambas jazidas a Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA atua como gestora do contrato de partilha.

As plataformas P-84 (Atapu) e P-85 (Sépia) terão, cada uma, capacidade de produção diária de 225 mil barris de óleo por dia e processamento de 10 milhões de metros cúbicos de gás por dia. O projeto das plataformas, padronizado entre as duas unidades, representa um degrau de evolução tecnológica para a redução de emissões de gases de efeito estufa, com destaque para a introdução do conceito All Electric em projetos deste porte, que consiste em uma concepção de engenharia para geração mais eficiente de energia, fazendo uso da recente revisão dos limites de emissões prevista na resolução CONAMA 382/2006.

O projeto tem a previsão de redução de 30% na intensidade de emissões de gases de efeito estufa por barril de óleo equivalente produzido. A redução se deve aos benefícios da configuração All Electric, de otimizações na planta de processamento para o aumento da eficiência energética e da incorporação de diversas tecnologias: zero ventilação de rotina (recuperação de gases ventilados dos tanques de carga e da planta de processamento), captação profunda de água do mar, uso de variadores de velocidade em bombas e compressores, cogeração (Waste Heat Recovery Unit), zero queima de rotina (recuperação de gases da tocha – flare fechado) e válvulas com requisitos para baixas emissões fugitivas e a captura, uso e armazenamento geológico do CO2 do gás produzido.

Esse resultado reflete o compromisso da Petrobras com a geração de valor, sustentabilidade, segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2022

EM MEIO AO SURTO DE COVID, CHINA REABRE ACESSO A MARÍTIMOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/12/2022 - 15:51



Em meio a um aumento crescente de casos de Covid-19, a China está se preparando para reabrir seus portos para viajantes estrangeiros – incluindo marítimos – sem qualquer período de quarentena ou teste na chegada. A nova política entrará em vigor em 8 de janeiro.

"A China ajustará a política somente de carga nos portos de entrada e retomará gradualmente a entrada e saída de passageiros por terra e água e proporcionará maior conveniência para a mudança de tripulação chinesa e estrangeira na China", disse o

porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Hua Chunying, na terça-feira (27). "Aqueles sem problemas para relatar em sua declaração de saúde que receberam inspeção alfandegária regular e liberação de quarentena podem entrar na China sem estarem sujeitos à quarentena."

Por mais de um ano, os portos da China operaram em um modelo de "circuito fechado", isolados do resto do país pelas restrições da Covid-19. Isso está mudando rapidamente, junto com o restante da abordagem do país. Após uma onda de protestos públicos em novembro, Pequim afrouxou silenciosamente suas rígidas políticas de quarentena e saúde pública, e todas as indicações sugerem que a doença agora está varrendo rapidamente o país.

O governo mantém oficialmente que a taxa de casos é baixa e sua taxa de fatalidade Covid publicada está na casa de um dígito por dia para uma nação de 1,4 bilhão. No entanto, mídias e relatórios independentes sugerem que hospitais e necrotérios estão tendo dificuldade em acompanhar o ritmo de aceleração da doença.

O impacto nos portos marítimos ainda não foi avaliado, mas as primeiras indicações sugerem que as taxas de infecção estão afetando todas as etapas da cadeia de abastecimento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/12/2022

MERCADO DE RECICLAGEM DE NAVIOS PODE VOLTAR À VIDA

Da Redação NAVEGAÇÃO 28/12/2022 - 15:46



O mercado de reciclagem de navios está pressionado há algum tempo. Mas em seu último relatório semanal, a corretora de navios Clarkson Platou Hellas avalia que há uma expectativa de reversão para 2023. Se 2022 foi um ano fraco, 2023 trará ânimo para o setor.

Em 2022, o setor petrolífero forneceu cerca de 60% menos tonelagem para reciclagem em relação a 2021. O desmanche de navios de granéis secos ficaram 23% abaixo de 2021 e cerca de 50% abaixo para todos os outros tipos de embarcações. O setor de

contêineres continua com taxas de afretamento em baixa, com expectativa de maior tonelagem circulando no durante o próximo ano, com a entrega de novas construção, o que deve tirar de circulação navios mais antigos.

Os armadores de granéis secos e contêineres tiveram um bom 2022, com sucateamento reduzido. Mas para 2023 o cenário deve mudar, com mais embarcações entrando para reciclagem nesses setores, especialmente porque as taxas de frete esfriaram consideravelmente no final deste ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 28/12/2022

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO AVALIOU ESTUDO CONTRATADO PELA INFRA S.A. QUE INDICOU A VIABILIDADE DO EMPREENDIMENTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/12/2022 - 15:07



Neste mês de dezembro, o Tribunal de Contas da União aprovou a celebração de termo aditivo que consolida a viabilidade da Ferrovia Transnordestina. As análises da corte de contas foram subsidiadas por estudo contratado pela Infra S.A. por solicitação do Ministério da Infraestrutura.

Em 2020, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) apresentou proposta pela caducidade do trecho concedido à TLISA. Diante dessa proposta, o Ministério da Infraestrutura solicitou à Infra S.A., principal acionista do bloco público da Transnordestina, a elaboração de um estudo, com o apoio da consultoria internacional McKinsey, para a viabilização de cenários alternativos à caducidade do negócio. Em julho de 2022, o plenário do TCU já havia autorizado a retomada de investimentos públicos no empreendimento.

Na última sexta-feira (23), a ANTT assinou o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão com a Transnordestina Logística S.A. (TLISA), tendo em vista o restabelecimento de um cronograma para a realização de investimentos obrigatórios na Malha 2, que permanece na concessão após a cisão do trecho Salgueiro – Porto de Suape, em Pernambuco. A TLISA deverá considerar prazo de até sete anos para a conclusão das obras do trecho remanescente da concessão.

Avanço nas obras

Também em dezembro (21), foi finalizada a montagem de 165 km de superestrutura no trecho da ferrovia que passa pelo Piauí. A construção da Transnordestina também avança no Ceará no trecho Missão Velha – Pecém.

Atualmente, as obras geram cerca de 1,7 mil empregos diretos e indiretos. A Infra S.A., principal acionista do bloco público da Transnordestina, acompanha de perto o avanço do empreendimento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2022

GRUPO ATLÂNTICA MATAPI REALIZA EMBARQUE DE GERGELIM EM VILA DO CONDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/12/2022 - 14:49



Pela primeira vez, o Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA, exportou sementes de gergelim em bolsões (ou big bags) estivados diretamente nos porões do navio. A operação portuária, realizada pelo Grupo Atlântica Matapi, mobilizou cerca de 400 profissionais.

Em seis dias de operações, o "MV Western Moscow" recebeu 20.315.656 toneladas de sementes produzidas pela guatemalteca Sezam Zaad, empresa agroexportadora de grãos com operações em Paragominas/PA e Caranana/MT. "Estamos muito

felizes em realizar mais uma operação histórica e pioneira na região. As soluções logísticas encontradas mostram a capacidade do operador portuário em atender as demandas do cliente e

posiciona a região como importante corredor de exportação do produto", pontua Tiago Pinto, vice-presidente do Grupo Atlântica Matapi.

A Matapi realizou os serviços logísticos desde a recepção do produto em um dos três terminais em Vila do Conde até a entrega da carga nos porões do navio.

O gergelim será beneficiado na Guatemala e comercializado com diversos outros países. Antes, a carga era exportada pelo de Santos/SP via contêineres. Após teste em Porto de Paranaguá, a empresa agroexportadora optou realizar a operação em Barcarena, garantindo mais proximidade das áreas produtoras. "Pra nós, a operação foi conduzida de forma satisfatória e ficamos muito gratos com toda equipe do Grupo Atlântica Matapi. Sem dúvida, vamos ser parceiros por muito tempo", revelou José Francisco, diretor da Sezam Zaad.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2022

PARA REDUZIR CUSTOS, COMPANHIAS PRECISAM INVESTIR EM ESPAÇO LOGÍSTICO NOS PORTOS MARÍTIMOS

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 27/12/2022 - 18:09



De acordo com relatório, o transporte vai representar 45% a 70% dos custos logísticos totais até 2026

Nos últimos dez anos, o mercado marítimo internacional tem visto um aumento de 36,5% nos volumes de contêineres marítimos. Como resultado, o setor tem sentido uma forte demanda por espaço logístico perto dos portos. De acordo com o Global Seaport Review do grupo CBRE Supply Chain Advisory, os catalisadores por trás desse aumento são o crescimento das vendas de comércio eletrônico e o aumento do estoque para se proteger contra

interrupções na cadeia de suprimentos.

Historicamente, o setor industrial e de logística tem uma demanda alta. Com o aumento de 133% de vendas do comércio eletrônico nos últimos cinco anos, as empresas sentiram a necessidade de triplicar a sua expansão imobiliária ainda mais para acompanhar a procura.

A previsão é de que até 2026, até 670,56 milhões de metros quadrados de espaço adicional de logística dedicado ao comércio eletrônico sejam necessários para dar suporte às vendas pela Internet. Para o grupo CBRE, o transporte vai representar 45% a 70% dos custos logísticos totais. Dessa forma, a localização das instalações de distribuição perto dos portos marítimos podem ajudar a reduzir os custos de transporte.

Os volumes de comércio também estão crescendo rapidamente em meio a um cenário de consumo cada vez mais global. Os portos marítimos evoluíram ao longo das décadas com a adoção do transporte de contêineres, a diversificação dos tipos de carga e equipamentos, investimento em transporte intermodal de contêineres e avanços nas tecnologias portuárias. Hoje, os portos marítimos globais distribuem em larga escala, permitindo que as empresas de navegação aproveitem as economias de escala e reduzam os custos.

Para John Morris, presidente de Industrial e Logística da CBRE nas Américas, à medida que o transporte de contêineres aumenta, também aumenta a necessidade de mais imóveis logísticos, especialmente nos mercados portuários. "Hoje, um número maior de empresas enfrenta enormes pressões na cadeia de suprimentos geradas pela mudança no comportamento do consumidor, incerteza econômica e necessidade de isolar melhor seus processos de fabricação e distribuição de interrupções", comentou.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 170/2022
Página 58 de 58
Data: 28/12/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Entre os 18 portos globais examinados, pelo relatório, os principais portos classificados por volumes de TEU são o de Xangai, China (47 milhões de TEUs), Singapura (37,5 milhões de TEUs) e Los Angeles (20 milhões de TEUs).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/12/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 28/12/2022